

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

TIROS DE GUERRA NO RIO GRANDE DO SUL (1930-1945)

DILVAR DA SILVA CAMARGO

Taquara

2017

DILVAR DA SILVA CAMARGO

TIROS DE GUERRA NO RIO GRANDE DO SUL (1930-1945)

Trabalho de Concussão apresentado ao Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Andrea Helena Petry Rahmeier.

Taquara

2017

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha esposa, Marcia B. Rhoden Camargo, por ser essa pessoa maravilhosa que tanto me incentivou, nesta caminhada de estudos. Sou imensamente feliz por ter alguém ao meu lado, com quem posso contar, em todos os momentos da vida.

Agradeço, também, ao meu filho, Lucas M. Rhoden Camargo, pelas conversas pertinentes, de quem tenho orgulho de ser pai, e aos demais componentes da família, Silva Camargo (mãe, pai, irmãos, tios, primos), que sempre torceram por mim. Acrescento que, no fundo, carrego o desejo de representar bem esse sobrenome, dando orgulho para todos, que, agora, simbolizo.

Não menos importante, agradeço aos meus colegas de aula, pelo agradável convívio e compartilhamento de ideias, que me fizeram crescer como ser humano, e, acima de tudo, pelas amizades, que espero manter inalteradas. Não cito nomes, pois conservo igual carinho e respeito indistintamente.

À família Zorzo, estendo minha gratidão e espero um dia poder retribuir a ajuda recebida.

Por fim, agradeço aos professores de todos os cursos da FACCAT, pelos quais fui instruído exemplarmente. Mas, com atenção especial, aos do curso de História, que são profissionais extremamente qualificados e competentes. Deles, tenho a feliz certeza que fizeram a diferença em minha formação, legando ao graduado um futuro promissor.

Todavia, confesso que os nomes preservados foi cuidado de, porventura, esquecer alguém. Porém, seria injusto de minha parte, depois de tanta atenção e contribuição para com meu Trabalho de Conclusão, não citar e agradecer imensamente à minha professora orientadora, Dr^a Andrea Helena Petry Rahmeier. Obrigado, professora!

RESUMO

O Tiro de Guerra, desde sua criação, no início do século XX, vinculou-se ao Exército Brasileiro e caracterizou-se por estar além das capitais, sobretudo em localidades de municípios desassistidos de quartéis. Funcionou por meio de uma parceria entre Exército, prefeitura e comunidade, oportunizando uma maior interação entre os participantes. Neste, era possível realizar treinamentos similares aos dos militares de primeira categoria, durante poucas horas do dia. Ao final de um período reduzido de atividades, os atiradores recebiam os certificados de reservistas de segunda categoria. Por outro lado, permitia que um número maior de jovens, de 18 anos, cumprissem seus deveres militares, sem sair da proximidade onde residiam, evitando maiores alterações em seu cotidiano de trabalho e estudos. Sendo assim, a presente pesquisa tem por objetivo principal analisar os Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul, entre 1930 e 1945, com os devidos envolvimentos políticos e militares, e considerando os possíveis reflexos dessa aproximação no meio social. Mas, também, pretende-se mostrar que, durante o Estado Novo (1937-1945), dentro de um ideário político/militar nacionalista, os Tiros de Guerra ganharam um olhar especial, tanto do governo como dos militares, desejosos em disseminar o espírito de união nacional. Com o advento da Segunda Guerra Mundial em andamento, 1939-1945, tornaram-se mais exigidos e um reforço para o Exército, em caso de necessidade maior. Para responder às indagações deste trabalho sobre os Tiros de Guerra, com os devidos envolvimentos político, militar e civil, optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica qualitativa, analisando o jornal Correio do Povo, com foco nos Tiros de Guerra nº 4 e 318, de Porto Alegre; 244, de Sapiranga; e 311, de Garibaldi.

Palavras-chave: Tiros de Guerra. Militares. Política. Sociedade civil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	PANORAMA GERAL DA POLÍTICA NO BRASIL (1930-1945)	11
2.1	A Nova República	16
2.1.1	Governo provisório 1930-1934	17
2.1.2	Governo Constitucional 1934-1937	20
2.1.3	Governo Estadonovista 1937-1945	22
2.2	Sintetizando	26
3	OS MILITARES NO BRASIL ENTRE 1930-1945	28
3.1	Breve história da organização militar	28
3.2	Desafios do recrutamento para o Exército Brasileiro	30
3.3	Os militares brasileiros na política	33
3.4	Exército brasileiro: reorganização e rearmamento	37
3.5	Militares e a política?	40
3.6	Sintetizando	43
4	TIROS DE GUERRA NO RIO GRANDE DO SUL (1930- 1945)	46
4.1	Tiros de Guerra na atualidade	46
4.2	Surgimento e história dos Tiros de Guerra	47
4.3	Correio do Povo e os Tiros de Guerra	51
4.4	Tiros de Guerra de Porto Alegre	53
4.5	Tiros de Guerra do interior	59
4.6	Sintetizando	62
	CONCLUSÃO	64
	REFERÊNCIAS	69

1 INTRODUÇÃO

Este presente estudo propõe-se a analisar os Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1945. As questões políticas e militares¹ aconteciam dentro dos Tiros de Guerra, mas voltavam-se para sociedade civil², em geral. Os Tiros de Guerra tinham como função principal a formação de jovens atiradores, reservistas de segunda categoria, estes ficando livres de demais obrigações militares e legalmente aptos para exercer qualquer atividade laboral.

A vontade de trabalhar essa temática aconteceu no transcorrer do curso de História das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), quando a disciplina de Tópicos Especiais de História voltou-se às questões militares e, em determinado momento, pendeu-se aos estudos dos Tiros de Guerra. Isso aguçou minha curiosidade, pois, como reservista do Exército de primeira categoria, nada sabia sobre o assunto e imaginei que muitas outras pessoas poderiam, também, não saber. Com isso, dispus-me a novas pesquisas em livros, sites e jornais para a disciplina, principalmente ao descobrir que o campo de atuação era amplo e pouco ainda havia sido escrito em relação aos Tiros de Guerra. Dessa forma, logo em seguida, percebi que uma investigação maior poderia ser feita, bem como novos trabalhos realizados. Ainda mais, ao constatar, pelas observações, que os envolvimento políticos, militares e civis, nesse contexto social, já vinham se estruturando a mais tempo, abrangendo um número considerável de pessoas e continuavam, após o recorte temporal de 1930 a 1945, em alguns estados brasileiros.

Assim, o trabalho justifica-se por trazer à tona um assunto pouco explorado pela historiografia, assim como, também, pouco conhecido pela população brasileira: Tiros de Guerra. Dessa ação, espera-se dar para o mundo acadêmico e demais pessoas interessadas pelo tema maiores esclarecimentos sobre os Tiros de Guerra e mecanismos referenciais suficientes para outros trabalhos. Para, nesse sentido, cada

¹ O Dicionário de Política de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gian Franco Pasquino (2007) define militares como: um grupo de pessoas com treinamentos específicos, preparados para defender o território nacional e seus cidadãos, bem como para manter a ordem social, econômica e política, vigente pela Constituição do seu país.

² Sociedade civil: espaço onde ocorrem as relações entre indivíduos, grupos, classes sociais, que se desenvolvem a margem do poder que caracterizam as instituições estatais. Representado como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos, que o estado tem o dever de resolver, como mediador ou suprimindo (BOBBIO, 2007).

vez mais, agregar novos conhecimentos ainda não esclarecidos, no tocante aos Tiros de Guerra; não só do estado do Rio Grande do Sul, mas de outras partes do Brasil.

O objetivo geral deste trabalho é analisar os Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul durante 1930 e 1945, para entender os envolvimento dos segmentos políticos, militares e civis nesse meio. Todavia, para melhor esclarecer esse contexto, dispõe-se, também, investigar objetivos específicos, os quais são: ponderar sobre a forma de ser retratado e as atribuições dos Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul, durante 1930 e 1945, para melhor esclarecer sobre o funcionamento dessa instituição; compreender quais os principais objetivos esperados pelo governo com a vinculação entre o Exército e o mundo civil nos Tiros de Guerra, a fim de perceber os reflexos no meio social; observar a influência da política do Estado Novo (1937 a 1945) e da segunda Guerra Mundial (1940 a 1945) dentro dos Tiros de Guerra, com o intuito de mensurar as atitudes tomadas pelo governo e militares; descrever como o jornal Correio do Povo da época trazia informações sobre os Tiros de Guerra, com a finalidade de destacar as influências do vivenciado no conteúdo jornalístico. Para tornar mais coerente essa observação, em alguns momentos, retrocede-se ao recorte temporal em destaque, noutros perpassando.

Na realização desta pesquisa qualitativa, analisa-se publicações, tais como livros, artigos, reportagens, documentos, leis referentes aos Tiros de guerra no Rio Grande do Sul, entre 1939 e 1945, em seu envolvimento político, militar e civil. Esses passos guiarão por um campo de atuação mais amplo, que responde, portanto, mais dúvidas, para assim poder-se proporcionar para o leitor um olhar abrangente acerca dos Tiros de guerra e, provavelmente, contribuir com futuras pesquisas. Pois, sabe-se que o campo de atuação da história é democrático e está sempre aberto para novas interpretações, além de que sempre haverá pesquisas em andamento.

Nessa Caminhada, a linha condutora do trabalho será a história política, acompanhada da história militar. Apesar da abrangência política assustar quem se predispõe a se aventurar, nesse campo de investigação. Como bem define René Rémond (2003, p. 447), “para o historiador o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social”. A política é um assunto que tem perspectiva global, porque comunica-se com os outros setores da atividade humana; qualquer pessoa que se dedique a decifrar a complexidade das relações sociais defronta-se com ela. Os acontecimentos políticos, apesar de não serem lineares e sofrerem rupturas constantes, dirigem e são

fundadores permanentes das mentalidades coletivas. Por estar em todos os locais, entre todos os povos, anteceder e procrastinar o linhame dos fatos do presente e entendê-lo é tarefa complexa e exige empenho e dedicação, a fim de averiguar sobre os Tiros de Guerra.

Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira (2012), falando do contexto militar, afirma que no Brasil houve um incremento nas pesquisas da história militar. Segundo o autor, a história militar tem início na antiguidade, limitada apenas a contar sobre os feitos do campo de batalha. Com o passar dos anos, ela torna-se mais abrangente, apresentando todo o contexto militar, desde sua forma de funcionamento, as estratégias que antecedem os combates, até os desdobramentos pós-guerra. Dessa forma, antes de chegar ao ponto de apresentar os Tiros de Guerra, deve-se discriminar, para criar uma ideia continua dos acontecimentos, alguns desdobramentos políticos e militares, de um ponto de vista mais geral, dentro da história do Brasil, os quais, inevitavelmente, levarão ao resultado esperado.

O material sobre os militares no Brasil é pouco explorado, pela dificuldade de acesso à documentação, restrita a alguns acervos, e ainda carece de maior atenção, principalmente ao que concerne aos Tiros de Guerra, em se tratando do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1945. No entanto, já existem alguns livros, tanto de historiadores quanto de outros profissionais, referindo questões militares. Também, cada vez mais, surgem artigos, monografias, dissertações, com novas descobertas, as quais estão, aos poucos, abrindo caminho às novas possibilidades para essa proposição. Cabe destacar o historiador José Murilo de Carvalho (2005) e o antropólogo e historiador Celso Castro (2012), ambos com trabalhos específicos sobre os militares brasileiros.

A temática Tiros de Guerra foi trabalhada por Celso Acker (1996) e Daniela Maria Weber (2011). Além disso, utilizou-se autores que, embora não atuando especificamente na área da pesquisa militar, têm trabalhos consistentes abordando esse enfoque, a citar os historiadores Boris Fausto (1999) e Maria Helena Capelato (2003), assim como a jornalista Andréa Sanhudo Torres (1999), a qual é conhecedora e com trabalhos sobre a região em questão. Os demais referenciais serão devidamente apresentados no decorrer do trabalho, no momento cabível. Com a finalidade de contribuir e conduzir melhor as atividades, cada autor será examinado em seus particularismos, considerando seu campo de atuação. Porém, fontes

primárias³, como fotografias sobre Tiros de Guerra, não foram utilizadas, pelo armazenamento – em pen drive, extraído do programa Linux – não ser compatível com computadores mais atuais, até o momento, e isso impediu de verificar melhor os dados referenciais das imagens.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro e atual é introdutório. O segundo aborda um panorama geral da política brasileira, dentro da Nova República 1930 a 1945, dividido em Governo Provisório (1930 a 1934), Governo Constitucional (entre 1934 a 1937) e Governo Estadonovista (entre 1937 e 1945), para ser possível compreender cada momento, com suas particularidades, analisando cada espaço de tempo. O período inicial foi, por ser a superação do regime político antecessor (República Velha) e a introdução de uma nova mentalidade de integração da política nacional, sob liderança de um governo articulado e intransigente (Getúlio Vargas), marcada pela Revolução Constitucionalista de 1932. O segundo instante, ou intermediário, aquele da oficialização do novo regime, com a eleição do presidente, e consolidado pela constituição de 1934, também será abordado de forma a mostrar os grupos contestadores dessa situação. E, por último, a fase mais longa associada à uma ditadura (1937- 1945), mas é a que marca o fim da conhecida Segunda República, representada pela queda do presidente Vargas (1945) e a participação efetiva dos militares, na política do Brasil.

O terceiro capítulo trabalha a questão dos militares brasileiros. Inicialmente, foi dado um panorama do registro histórico militar, identificado o caminho que consolidou essa força no Brasil. Em seguida, apresentou-se como se dava a adesão ao Exército brasileiro antes de 1930, buscando perceber as mudanças ocorridas entre 1930 e 1945. Em ambos os casos retrocederemos um pouco no tempo, para encaminhar melhor a atividade. Depois, ressalta-se a participação dos militares na política brasileira dentro do intervalo de tempo estudado; afinal, políticos e militares agiram conjuntamente. Nesse caso, os últimos almejavam a reorganização e rearmamento da instituição, o qual será o próximo ponto analisado.

O quarto capítulo analisa os Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul, entre 1930 e 1945. Em princípio, discorrendo sobre o funcionamento destes nos dias atuais e servindo para entender o próximo passo, que é a questão do surgimento e história

³As fontes primárias são materiais originais, nos quais outras pesquisas são baseadas. Apresentam a informação na sua forma original, sem interpretação, sumarização ou avaliação de outros escritores. (BRANDINI, 2017).

dos Tiros de Guerra, até chegar a data estipulada para este trabalho, agraciando a amplitude da obra. Após, inovando na pesquisa, apresenta-se o que as reportagens do Jornal Correio do Povo trazem sobre o tema. Primeiro, ao que se refere a Porto Alegre; na sequência, aos demais municípios do estado Gaúcho analisados. Para finalizar, a pesquisa traz algumas considerações finais, proporcionadas com o estudo.

2 PANORAMA GERAL DA POLÍTICA NO BRASIL (1930-1945)

Em primeiro lugar, precisa-se esclarecer que são muitas as implicações para quem pretende trabalhar com pesquisa na área política, devido ao seu campo de atuação ser amplo, influenciar e ser influenciado, tanto pelo meio social como econômico, cultural, entre outros. Por sua vez, o historiador ciente da realidade apresentada e, mesmo assim, disposto a encarar esse desafio e escrever sobre política, bem como preocupado em realizar um bom trabalho, explicando os detalhes mais relevantes para se fazer entendido, precisa recapitular outros componentes históricos para sua investigação e, só depois, contemplar o foco proposto, nesse caso, a política. Como define René Rémond (2003. p. 442), “O político não tem fronteiras naturais, ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado. Ora ele se retrai ao extremo [...] refletem as flutuações do espírito público”. Muitas vezes, inclusive, os jogos políticos podem ser maiores que as atividades práticas, próprias das relações concretas, nem mesmo assim deixando de orientar as decisões, públicas ou privadas.

Essa afirmação acrescenta a maleabilidade da política, embora sempre vista se comunicando com todos os setores das atividades humanas, em todos os lugares, durante todo tempo, também pode existir apenas por ela própria, como realidade distinta, dependendo da necessidade de sua atuação, sem jamais perder a importância efetiva. Por sua vez, todos os cidadãos são seres políticos, de uma forma ou outra, no seu cotidiano, participam, exercem, sofrem a ação direta dessa atividade. Com isso, sabe-se, de imediato, que ninguém pode considerar-se apolítico, embora em muitos casos isso aconteça, por desconhecimento do conceito político. Enfim, o político está sempre agindo em toda parte, com maior ou menor intensidade, dependendo dos acontecimentos mais imediatos: guerras, revoluções, disputas religiosas. Em nosso caso particular, aparentemente orientado pelas condutas dentro dos Tiros de Guerra, entre 1930 e 1945, para consolidar o regime político/militar vigente, assunto que será aprofundado no último capítulo.

Assim, neste capítulo, faz-se necessário, para dar andamento nas atividades, abordar de forma geral sobre a política no Brasil, entre 1930 e 1945, e tentar esclarecer eventuais dúvidas existentes. Afinal, segundo René Gertz (2005), ainda existe uma certa escassez de trabalhos sobre questões políticas focadas nos estados, como acontece tratando-se, especificamente, do Rio Grande do Sul. Uma das

prováveis explicações consiste na temática em sempre referenciar o Brasil como um todo, devido à centralização política na esfera federal, entre 1930 e 1945. No entanto, o próprio autor escreve sobre o tema e alerta: “mas no que tange aos historiadores, esses passaram a dedicar mais atenção ao período nos últimos quinze anos” (GERTZ, 2005, p. 8), referindo-se a trabalhos com foco nas políticas estaduais. Nesse sentido, fica difícil fugir dos escritores clássicos, mas também pode-se acrescentar alguns mais recentes, em uma compilação de ideias, aos poucos, também, enfatizando o Rio Grande do Sul.

Para isso, apresenta-se alguns agentes envolvidos, bem como os preponderantes acontecimentos que caracterizam esse momento político, conhecido como a Era Vargas. Porém, com um olhar panorâmico, baseado em pesquisas bibliográfica, para de imediato abrir caminho aos próximos enfoques deste trabalho, com destaque às já conhecidas divisões temporais, que definem o governo Getúlio Vargas (1930-1945). Mas, antes de tudo, cabe considerar alguns detalhes dos antecedentes políticos mais imediatos, aqui, em se tratando do período da República Velha (1889-1930), para melhor embasamento dos fatos.

De uma forma simplista, significa que, após longos anos de regime político Monárquico no Brasil, no qual imperadores de origem portuguesa, com poderes hereditários praticamente ilimitados, governavam por tempo indeterminado, aconteceu a formação de uma república no país (1889). A partir de então, o chefe do estado, diferente de seus antecessores, seria eleito pelo voto, pelos representantes do povo ou pelos próprios cidadãos, e exerceria sua função democraticamente por tempo limitado. O que permite logo imaginar maior participação popular, igualdade de direitos e a brasilidade em evidência. Todavia, entre o esperado e o que realmente aconteceu após 15 de novembro de 1889, data que ficou marcada como o início da República Velha (1889-1930), revelaria que as coisas não eram bem assim (FAUSTO, 1999).

As sequências dos acontecimentos políticos realmente comprovariam a suspeita das pessoas, visto que se segue desmandos, instabilidade econômica, centralização do poder e controle das camadas mais afortunadas sobre o restante da população. Portanto, vale acrescentar que, na parte a qual abrange os dois primeiros mandatos (1889 a 1894), dos governos do Marechal Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto, ficou conhecida como a República da Espada, pois contou com militares no poder, mas também foi promulgada a primeira constituição republicana

brasileira, em 1891. O segundo momento do regime político republicano, sob comando de civis (1894 a 1930), tornou-se conhecido como a República das Oligarquias, pois aparece o controle na política exercido sobre o governo federal pela elite cafeeira paulista e pela alta sociedade rural mineira (grandes proprietários de terras ou coronéis), ligada à produção de leite e derivados, na conhecida “política do café com leite” (MARZANI, 2010).

Embora o propósito neste trabalho não seja explicar propriamente a “política do café com leite”, é necessário lembrar que, por meio das implicações dos desdobramentos inerentes a esse momento da política brasileira, houve, em seguida, as eclosões efetivas das revoltas. Getúlio Vargas, após o assassinato de seu vice, o paraibano João Pessoa, apoiado por militares, consolidou o golpe que o levaria à presidência do país e à implantação do novo regime político, em 1930.

[...] o assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, motivou a revolta, conhecida desde então como Revolução de 1930, nome dominante até hoje na historiografia de um modo geral. A morte do paraibano, mesmo sem aparentes razões políticas, comoveu parcela considerável da sociedade, e foi transformada em ponto de luta, acirrando o processo revolucionário em todo o país, com importantes adesões no Exército. A luta armada se tornava clara opção. Deste modo, em 03/10/1930 explodiram revoltas em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, se multiplicando a seguir em diferentes estados nordestinos. Apesar das resistências, os combates resultaram em vitória para os revolucionários. Em 24 do mesmo mês Washington Luís é deposto. Em novembro, Getúlio Vargas é empossado como chefe do Governo Provisório (MARZANI, 2010, p.14).

São Paulo, com maior poder econômico; e Minas Gerais, com maior representação política, uniam-se em comum acordo, a fim de decidir as transformações que ocorreriam no Brasil. As oligarquias regionais dominavam o cenário político nacional e controlavam os rumos da economia. A distribuição do poder passava pela força representativa de cada unidade federativa, dentro da esfera nacional. Por isso, em primeiro lugar, vinham São Paulo, Minas Gerais; depois, Rio Grande do Sul; em seguida, Bahia, Rio de Janeiro e Paraíba; e, por último, as outras regiões. Embora independentes entre si, os estados ficavam vinculados ao governo federal, por este decidir as regras do mercado, de exportação, bem como de importação. Esse poder, normalmente, era direcionado em benefício próprio, desagradando os outros estados. Estes, por sua vez, com interesse de maior participação na economia, realizavam acordos paralelos, para tentar minimizar as perdas. Houve intensa barganha dos estados periféricos, ao redor de São Paulo e

Minas Gerais, para conseguirem seu espaço no poder central. Os dois estados líderes mais se temiam que se uniam (VISCARDI, 2012).

Ao analisar detalhadamente os apontamentos antes reportados, é possível discernir que os políticos, principalmente do estado do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e Paraíba, perderam espaço no cenário nacional. Não tinham mais representatividade consistente, assim eram relegados a segundo plano. Por isso, fizeram acordos sobre a candidatura de Vargas para presidência, pois ambos queriam o fim do regionalismo e igualdade de participação política e econômica. Dentro da Aliança Liberal (AL), com os partidos opositores a Júlio Prestes, candidato paulista do Partido Republicano Paulista (PRP), para as eleições de 1930, é que começaram as manobras para mudar essa realidade, consumado pelo golpe. Como comenta Sônia Maria de Mendonça (1990, p. 322):

O golpe de 1930 resultou no deslocamento da tradicional oligarquia paulista do epicentro do poder, enquanto que os demais setores sociais a ele articulados e vitoriosos não tiveram condições, individualmente, nem de legitimar o novo regime, nem tão pouco de solucionar a crise econômica.

A tradição rompida não resultou apenas do descontentamento entre opiniões divergentes dos políticos. Outros setores, como o econômico – principalmente a indústria – e outras classes sociais viam mais possibilidades de crescimento no romper o ciclo vicioso das repetitivas sucessões presidenciais. Ainda mais, considerando a propaganda de aproximação a outras regiões, dos candidatos aliancistas, como define Boris Fausto (1999, p. 320):

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café [...]. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria a setores ainda não beneficiados por ela, a regulamentação do trabalho do menor e das mulheres e a aplicação da lei das férias.

A Aliança Liberal, enquanto oposição, ao mesmo tempo que pretendia o crescimento econômico mais homogêneo da nação por meio de incentivos a outros setores produtivos, também queria, em parte, mais direitos às camadas sociais menos privilegiadas. Essa constatação vem corroborar com a ideia anterior, que os movimentos tinham caráter mais agregadores, pois ressalta, principalmente, a

possibilidade de outros setores crescerem economicamente. Mais ainda, como, aparentemente, nunca antes visto pela história política brasileira, surgem planos para garantir direitos à população das classes inferiores da sociedade, tanto no campo como na cidade. Vale lembrar que o apoio às camadas sociais excluídas, depois de certo tempo, viria dar o respaldo de governo populista, para o mandato de Getúlio Vargas (1930-1945).

Todavia, mesmo com as propostas mencionadas, com cunho mais popular, depois de suspeitas de fraude eleitoral, venceu o candidato de São Paulo (1930), Júlio Prestes com 1.091.709 votos, contra 742.794 de Getúlio Vargas. Os políticos gaúchos, mineiros e paraibanos, entre eles Getúlio Vargas, candidato à presidência nesta eleição, aparentemente, não gostaram e discordaram do resultado. Diante da inércia do governo Washington Luís (1926-1930), apoiador de Prestes, que havia deixado o país entrar em criticidade.

A Aliança Liberal, conforme argumentação da época, reagiu, principalmente, pela situação política e econômica brasileira e, em parte, pela morte de João Pessoa, suspeito de assassinato, ou por desconfiança de fraude eleitoral. Assim, o golpe foi efetivado, para tentar garantir igualdade de participação dos estados, crescimento econômico homogêneo da nação e moralizar a política.

No entanto, Boris Fausto (1999) acrescenta que houve dentro do Exército diversos ganhos; inclusive, chama a atenção ao referir-se à participação dos militares no comando do movimento armado, para o nome do tenente-coronel, Góis Monteiro, como um dos maiores entusiastas. Essa constatação denota envolvimento efetivo dos militares que, segundo Boris, queriam mais reconhecimento, por isso postaram-se ao lado dos liberais. Quando políticos e militares uniram-se, tiveram força suficiente e depuseram o presidente eleito, impedindo a posse de Júlio Prestes. Em seguida, foi instalada uma junta militar na presidência, que, na sequência, transferiu o poder para Getúlio Vargas (FAUSTO, 1999).

Já José Murilo de Carvalho (2005), traçando um paralelo entre a instalação da república (1889) e o golpe de 1930, avalia, de forma diferente, ao dizer que no exército, raramente, as intervenções partiam da organização como um todo. Por ser o recrutamento militar de oficiais de alta patente, costumeiramente, era feito dentro das classes mais altas; e dos soldados das classes inferiores a organização dificilmente entrava em consenso (CARVALHO, 2005) – assunto que será desenvolvido, com maior profundidade, nos capítulos seguintes. Mesma postura

concordante, ratificada por Celso Castro (2012). De uma forma ou de outra, o que dá para supor dos autores até aqui citados é que eles concordam em parte, sobretudo direcionam às oligarquias rurais e à crise econômica mundial – principalmente a de 1929 – atingindo, profundamente, a produção cafeeira, em que apontam a agonia da República Velha. O descontentamento com a eleição de Júlio Prestes, em 1930, deu à elite os motivos para derrubar os fazendeiros paulistas, que estavam no poder, por meio da Revolução de 1930. Era o fim da República Velha e o início da Era Vargas. Carvalho e Castro concordam com a participação de elementos do exército, mas não da instituição exército, no golpe de 1930.

2.1 A Nova República

Ao usar a definição de Nova República pensa-se em novidade, e o mínimo que se espera é deparar-se com algo diferente, ou ainda não visto, ou usado. Em um aspecto político, pode, também, significar ruptura, o que permite imaginar, imediatamente, a busca de outras maneiras jamais vistas até o momento, com o intuito de solucionar problemas, principalmente sociais e econômicos. Por conseguinte, possibilita entender a novidade como reflexo da necessidade imediata, que veio para suprir algumas falhas: eliminar as inadequações, ineficiências anteriores e assim acrescentar, somar melhorias, que de súbito podem superar deficiências antes aparentemente insolúveis. Sem esse viés, as atitudes aludem superficialidade, o que parecia bom pode não ser, e, aos poucos, ficar indesejado, um estorvo.

Na prática, a política está em toda parte, adequando-se ao momento, mas acrescenta-se que ela se depara com a escolha. Não existe fórmula para resolver todos os problemas de uma única vez. As prioridades definem o caminho, e o político eleito, como representante do povo, precisa decidir pelo melhor para todos. Se pensar que o propósito inicial da nova administração era lidar com o passado recente, surge o primeiro problema: o de trazer para dentro do novo cenário político os desassistidos, mas, ao mesmo tempo, não abandonar totalmente quem era beneficiado no período anterior.

Segundo René Gertz (2005, p. 12), “Nessas condições, o Rio Grande do Sul conquistara o poder federal, mas não benefícios dessa situação, com costumavam fazer os detentores do poder antes de 1930”. Mário Maestri (2010) verifica, inclusive, que Vargas fez mais pela economia de São Paulo e Rio de Janeiro que pelo seu

estado natal. Quando perguntado sobre esse fato, Getúlio Vargas teria respondido: “Eu não sou o presidente dos rio-grandenses, mas o presidente de todos os brasileiros” (MAESTRI, 2010, p. 328).

O governo de Vargas foi dividido em três fases: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). Este trabalho atém-se na primeira fase, por enquanto, ou Governo Provisório (1930-1934). Vale, antes, lembrar que provisório tem caráter limitado, transitório. O próprio Getúlio Vargas, segundo especulações historiográficas, teria argumentado em seu discurso de posse que estava recebendo o cargo provisoriamente e iria moralizar o sistema político nacional, impedir novas fraudes eleitorais e reconstitucionalizar o Brasil. Isso indicava o rompimento definitivo com toda forma conhecida de fazer política na história do Brasil, até 1930. As pessoas que se acostumaram com presidentes perpassando, dividindo o poder, na sua grande maioria paulista e mineiros, agindo em causa própria, quando viram Getúlio no poder, podiam imaginar mais igualdade social, política e econômica para todos. No entanto, os mais de quarenta anos de República Velha (1889-1930), conforme a história apresentaria, não havia ensinado o suficiente; prova disso, a centralização do poder que logo se tornaria marca registrada de Vargas.

2.1.1 Governo provisório 1930-1934

Ao receber o poder, em outubro de 1930, Getúlio Vargas assumiu o mandato de forma provisória, até ser realizadas eleições. “Getúlio nele permaneceu com chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador pelo espaço de quinze anos” (FAUSTO, 1999, p. 185). Boris Fausto não deixa dúvidas de que as mudanças mais profundas aguardadas para o sistema político brasileiro não aconteceram. Aqueles que esperavam mudanças consistentes e igualdade de direitos teriam que esperar.

A centralização do poder para o cidadão comum, esperançoso por democracia, mais parecia retorno ao passado. Esse aspecto pode simbolizar retrocesso, em que o poder era absoluto e contava com longos anos de duração. O Brasil, quando buscou mudar o sistema político de privilégios monárquicos do nascimento para republicano com cargos eletivos, mostrou resistência para o rompimento definitivo.

Getúlio Vargas, para colocar em prática os novos planos políticos, começou a governar concentrando o poder em suas mãos, divergindo de seu discurso eleitoral,

no qual tinha propostas democráticas, como esclarece Dulce Pandolfi (2003). “De imediato o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais foram fechadas, os governadores depostos e a Constituição de 1891, revogada” (PANDOLFI, 2003, p.17). Ao suspender a constituição de 1891, Vargas dava o primeiro passo para ter amplos poderes e poder governar. Com o fechamento do Congresso Nacional, buscava calar a oposição e ter liberdade para trabalhar.

Boris Fausto (1999) acrescenta que, em seguida, os governadores, mesmo eleitos pelo voto direto, foram afastados pelo presidente. Em seus lugares, nomearam-se interventores, os quais permaneceram subordinados ao poder federal. Esse grupo foi composto, principalmente, pelos tenentes, homens que sendo militares também acumulavam força política e tornaram-se responsáveis por propagar as ideias de Getúlio nos estados. Os tenentes, embora conservadores, almejavam reformas políticas e sociais e acreditavam que a moralidade política, ameaçada pela corrupção, deveria acabar.

Como parte do governo tinha um olhar voltado às necessidades econômicas de várias regiões do país, propuseram uma maior participação nos mais variados setores na economia. Estes queriam melhorar, principalmente, a indústria básica: siderurgia, metalurgia, petroquímica. Porém, também tinham pensamentos voltados para a nacionalização. Essa forma de pensar assemelhava-se ao pensamento varguista (FAUSTO, 1999).

Nas regiões em que não foram colocados os militares, civis de confiança do presidente completavam a base dos representantes nos estados. A integração entre as unidades federativas aumentou. Vargas tinha representantes em todos os lugares agindo por meio de seus comandados diretos, o que ficou fácil transferir sua vontade. Por outro lado, eliminou o primeiro de seus problemas: alocar quem poderia oferecer maior oposição à sua forma de trabalho, em caso de divergência interna, invertendo a tendência inicial de provável resistência, para imediata colaboração (PANDOLFI, 2003). Todavia, foi de dentro da área militar e dos descontentamentos regionais, como ver-se-á, que partiu, em 1945, os maiores esforços para colocar fim ao Estado Novo.

São Paulo foi o primeiro estado que se revoltou logo no começo do governo Vargas, abrindo precedente para os que viriam depois, postando-se contrário ao novo quadro político que se instaurou no país após 1930, conforme Maria Helena Capelato (2003). “As elites paulistas, reagiram contra a perda de liderança do estado, em luta contra o governo Vargas, exigiam a volta do regime liberal, que lhes garantia

autonomia ante o poder central” (CAPELATO, 2003, p. 114). As camadas sociais mais favorecidas pelo sistema que vigorou na Primeira República, apoiados pela população em geral, almejavam reaver o domínio político que haviam perdido com a Revolução de 1930. A demora do governo provisório de Getúlio Vargas em convocar a Assembleia Constituinte, prometida para logo instalado no poder (1930), acarretou muita insatisfação nos paulistanos. No começo do ano de 1932, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD) lançaram uma campanha a favor da Constituição do país e do término da interferência federal nos estados. Os descontentamentos dos paulistas advinham, também, da colocação de interventores, os quais não eram oriundos de seu estado. No caso do Rio Grande do Sul, foi nomeado para interventor José Antônio Flores da Cunha (1930-1935), de quem os paulistas esperavam ajuda para retomar o poder, em 1932. (MAESTRI, 2010).

A evolução dos acontecimentos levou a luta armada com derrota de São Paulo, pois este não teve apoio esperado de outros estados. Porém, foi considerado vitorioso politicamente ao forçar Getúlio Vargas a propor uma nova Constituição. A assembleia é reaberta com esse propósito. “Em 16 de julho de 1934, a nova Constituição foi apresentada ao país, e no dia seguinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente constitucional do Brasil pelo sufrágio indireto” (CAPELATO, 2003, p.115).

Como também lembra Pandolfi (2003), concordando com Capelato (2003), Vargas não gostou da Nova Constituição e prometeu ser o primeiro a revisar. O que mais incomodou, na Constituição de 34, de acordo com as autoras, era que ao revés da que se promulgou em 1891, enfraquecia os elos da federação e anulava parte da ação do presidente. A vida curta dessa constituição (1934-1937) e sua substituição por outra, em 1937, aponta que Vargas falava sério.

Todavia, não foram apenas disputas regionais que aconteceram na fase provisória da era Vargas (1930-1934); no sentido político/econômico, mudanças vieram valorizar, em parte, o social. Feitos que, até então, não tinham acontecido (FONSECA,1989). A proposta deste estudo não é elencar tudo, mas de forma resumida apresentar as mudanças do período.

Desse modo, Vargas criou um conjunto de leis para beneficiar as classes trabalhadoras, indústria e comércio, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930); Departamento Nacional do Trabalho (1931); leis de proteção ao trabalhador, como as que regulavam o trabalho das mulheres e dos menores, o limite de oito horas de trabalho diária, a concessão de férias, garantidos pela Constituição

de 1934, entre outros (FONSECA, 1989). Vargas não abandonou a agricultura e a pecuária, mas priorizou a indústria e o comércio, por meio das leis trabalhistas e de outras medidas.

Segundo Juliana de Oliveira Gieremek Oliveira (2013), a ideia de progresso para o país tinha, na indústria, o modelo de superação do subdesenvolvimento do passado. “Por conseguinte, essa ideologia também é alicerçada pela necessidade veemente de intervenção do Estado na economia, dada a característica nacionalista exercida pelo Estado neste período” (OLIVEIRA, 2013, p. 10). O apoio aos trabalhadores, donos de empresas e comerciantes comprova que realmente o foco de atuação de Getúlio, aos poucos, estava mudando. A partir de 1930, também houve tendência a promover um novo sistema de ensino e melhorar a educação. Um marco desse propósito foi a criação do Ministério da Educação. Nessa área, é por onde o governo começou a moldar o ideário nacionalista, na população brasileira, principalmente, por meio das crianças (FAUSTO, 1999).

2.1.2 Governo Constitucional 1934-1937

Getúlio Vargas, pressionado pela revolução de 1932, convoca a Assembleia Constituinte em 1933, e a Carta Constitucional fica pronta em 1934. Esta sendo a terceira da história política brasileira (1824, 1891, 1934) e a segunda da vigência republicana. Ao ser eleito pelo voto indireto, pelos membros da Assembleia Nacional Constituinte, para quatro anos de mandato (1934-1938), Vargas deparou-se com, ao prosseguir na liderança da nação uma nova constituição. As leis nela contidas deveriam nortear os andamentos para governação. Mas, o imaginado ordenamento das regras tinha que passar pela aceitação do “articulado governante” e contemplar todos os aspectos necessários para gerir o país, sem esquecer ou privilegiar ninguém.

A Constituição de um país democrático estabelece os direitos e deveres dos cidadãos, fixa os limites de competência, impõe regras de ação às instituições públicas e garante os direitos dos indivíduos, obrigando o Estado a respeitá-los. É, também, chamada de Carta Magna. Ou seja, todos os cidadãos são iguais e têm os mesmos direitos e deveres garantidos perante à Constituição. A Constituição de 1934, realmente, apresentou algumas novidades, lembra Boris Fausto (1999, p. 351) que “três títulos inexistentes nas Constituições anteriores tratavam da ordem econômica e social; da família, educação e Cultura; e da segurança nacional”.

Agora, pela primeira vez na história da política brasileira, as mulheres garantiram o direito de votar e de se oferecerem como candidatas a cargos eletivos. Na mesma Constituição de 1934, foi colocado dentro do texto todos os direitos trabalhistas que vinham se articulando desde o Governo Provisório de Vargas, dando o caráter às leis de irrevogáveis. A Constituição até certo ponto foi liberal, pois estendeu direitos às minorias política; entretanto, também foi autoritária, porque manteve Getúlio Vargas no poder como presidente constitucional (FAUSTO, 1999).

Nem tudo ocorreu dentro do esperado, por isso, após a oficialização da constituição em 1935, dois grupos políticos brasileiros – a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Nacional (AIB) – avultam-se no cenário nacional (TRINDADE, 1974). Os integralistas, inspirados no Fascismo italiano, com caráter nacionalista, preconizavam um governo autoritário, identificando-se com Vargas. Os aliancistas também eram nacionalistas, porém antifascistas. No entanto, os dois movimentos tinham críticas profundas aos descaminhos da Revolução de 1930, acrescenta Marcos Chor Maio e Ronei Cytrynowicz (2003). Porém a ANL era um grupo político de tendência esquerdista, que elegeu como líder simbólico Luís Carlos Prestes, militar brasileiro conhecido por sua ideologia associada ao comunismo.

Essas pessoas queriam reforma agrária no Brasil, igualdade social, derrubar a propriedade privada e, principalmente, almejavam o fim do governo Vargas. Inclusive, visavam implantar um regime de esquerda comunista no Brasil. Os antagonismos entre os dois grupos causavam conflitos violentos, com mortes, quando esses se encontravam. Getúlio olhava tudo de longe, mas sempre atento para o que estava acontecendo. O clima de medo do confronto de ideologias era interessante, poderia ser usado por Vargas posteriormente, como justificativa para manter-se no poder (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2003).

A Aliança Nacional Libertadora fazia tempo que almejava o golpe de estado. Luís Carlos Prestes, com a ajuda de sua esposa Olga Benário Prestes, organizaram um esquema que visava derrubar Getúlio Vargas do poder e implantar o regime comunista. A ação ficou conhecida como Intentona, desencadeada em 1935, começando em Natal, Rio Grande do Norte. Os líderes esperavam conseguir uma reação em cadeia, onde teriam apoio de vários quartéis militares pelo Brasil. O golpe fracassou, pois Vargas sabia das pretensões dias antes. Suas lideranças foram presas, entre eles Prestes, o qual permaneceu encarcerado por nove anos; e Olga

extraditada para a Alemanha, onde morreu (1942) em uma câmara de Gás, vítima do Regime Nazista (FAUSTO, 1999). Mas, era apenas o começo da represália aos envolvidos. “O episódio de 1935 teve sérias consequências, pois abriu caminho para amplas medidas repressivas e para escalada autoritária” (FAUSTO, 1999, p. 361).

Com o término da intentona comunista, Getúlio colocou todos os envolvidos na cadeia e conseguiu criar o clima ideal. Existem indícios de que ele começou a colocar em prática o golpe que, provavelmente, já vinha arquitetado há tempo. O presidente incitou o pânico na população, dizendo que o país estava sob ameaça das ideologias comunistas. O argumento serviu como desculpa para, durante o Estado Novo, Getúlio Vargas colocar os partidos políticos na ilegalidade e decretar a situação de sítio no Brasil.

Em 1936, os políticos começaram a fazer articulações partidárias, escolher os candidatos para as eleições de 1938. Todavia, em segredo, Vargas pediu ajuda para integrantes das Forças Armadas do alto escalão do exército, na figura do Capitão Olímpio Mourão Filho, o qual, como General em 1964, vai ser um dos principais autores do golpe militar. Essa equipe foi incumbida de criar um plano, como cita Manoel Correia de Andrade (1988), que depois revelou-se falso, de uma suposta invasão comunista no Brasil: plano Cohen.

Os jornais e rádios tornaram-se os seus principais meios de comunicação com o povo, pois anunciou que as Forças Armadas haviam descoberto o plano Cohen de invasão comunista no Brasil. “A divulgação deste documento deu condições a Vargas de obter do parlamento a decretação do estado de guerra e logo após a dissolução do mesmo e a proclamação do Estado Novo” (ANDRADE, 1988, p. 82). Na sequência, Vargas cancelou as eleições marcadas para 1938, fechou novamente o Congresso Nacional, mandou prender uma série de opositores e decretou o Estado Novo, a fase conhecida como ditatorial de seu governo, 1937-1945.

2.1.3 Governo Estadonovista 1937-1945

A terceira parte é associada ao ditatorialismo, foi o período mais longo, mas também o que encerra a dita primeira participação de Getúlio Vargas na política nacional. Vargas voltou a governar o Brasil em 1951, até seu suicídio em 1954, com um governo ainda mais populista, mas não se contemplará esse acontecimento em nosso trabalho. Importa dizer que esse novo momento (1937-1945) não significou uma

ruptura com as duas fases, mencionadas anteriormente neste capítulo, mas foi o continuísmo, com algumas alterações, que se apresentou com mais força, por meio da repressão a todas as formas democráticas de gerir o país (FAUSTO, 1999).

Bibiana Werle (2011) afirma que para formar uma identidade nacionalista indivisível Vargas cuidou com atenção das questões étnicas, ligadas aos alemães, no Rio Grande do Sul. Pois, estes ainda tinham ligação com seu passado, porém estavam participando do cotidiano nacional: “além de contar com a ideia de passado [...], não pode deixar de elencar elementos que a constituem objetivamente, como associações de Tiros de Guerra” [...] (WERLE, 2011, p. 20). Fernando da Silva Rodrigues (2017, p. 187) informa que “No Estado Novo, a política brasileira tornou-se autoritária de fato, eliminando o sistema federalista e o regime liberal, consolidando o ideal de Estado forte”. Também, houve a maior aproximação da política nacional aos regimes totalitários da Europa, que vieram influenciar a política no Brasil.

Assim, a nova Constituição, organizada por intelectuais e militares, redigida, como hoje sabido, por Francisco Campos, ministro da justiça, ficou conhecida como “Polaca”, pois tinha forte inspiração no regime fascista da Polônia. Boris Fausto, referindo-se à Constituição de 1937, no entanto, já comentava: “A carta de 1937, determinava a regulamentação progressiva da nacionalização” (FAUSTO, 1999, p. 371), com caráter centralizador. Jose Luiz Nunes (2004, p. 48) reforça esta ideia quando diz: “A constituição não é uma Carta Nacional. Foi inspirada em todos os regimes de forças existentes na Europa, principalmente Polônia”.

Getúlio Vargas deu-se o direito de governar por mais nove anos, momento que o autoritarismo e a centralização do poder era evidenciado. Nesse período, foi extinto o cargo de vice-governador, fechado o Congresso Nacional, ao mesmo tempo que Getúlio assumiu o poder executivo e legislativo da nação. O presidente passou a ter poderes ilimitados, proibindo greves a todo custo, para evitar o conflito de classes e voltou com os interventores federais (NUNES, 2004).

A partir dessa informação, Boris Fausto (1999), assim como Andrea Helena Petry (2003) e José Luiz Martins Nunes (2004) confabulam da mesma opinião: no Estado Novo (1937-1945), forjou-se um projeto nacionalista consistente. O Brasil superou, em parte, os regionalismos e, aos poucos, evidenciava a brasilidade. Petry (2003, p. 40) destaca “Com o surgimento do Estado Novo, passou existir em todo país um novo formato de pensar a nação agregado a uma forte organização política”. Foi implantado o ideário de uma identidade nacional, que deveria ter a mesma língua e

cultura (PETRY, 2003). Por sua vez, José Luiz Martins Nunes (2004) diz que o regime político procurou articular um modelo único da nacionalidade brasileira, em que os símbolos regionais e estaduais foram restringidos, e os nacionais exaltados, como bandeira nacional e hino nacional, no desejo de mostrar um país unificado. “Falar em nacionalismo é falar em Brasil no Estado Novo [...] ao exercer o nacionalismo, Vargas atingia o povo em seu sentimento cívico-patriota” (NUNES, 2004, p. 59).

Boris Fausto vai além e enfatiza que, nesse momento, os recursos naturais do país também só poderiam ser explorados por brasileiros, assim como as indústrias de defesa econômica ou militar. As instituições financeiras deveriam ter acionistas brasileiros, e as empresas estrangeiras deveriam nacionalizar-se (FAUSTO, 1999). Esse ponto serve para sintetizar que a nacionalização era ampla, estava em todo lugar e perpassava pela proteção econômica interna.

Voltando aos símbolos nacionais, Capelato (2003) afirma que a bandeira do Brasil e a figura de Vargas foram os símbolos mais explorados nas representações visuais do Estado Novo. A propaganda do Líder o associava as massas “O sentimento de agregação e pertencimento foi muito valorizado através da associação entre estado, povo e nação [...] se todos são irmãos o Brasil é uma grande família” (CAPELATO, 2003, p. 124). O governo, pai da grande família, tudo devia fazer para manter a organização, mesmo que fosse para usar a coerção (CAPELATO, 2003).

Dessa forma, manobras preventivas surgiram para manter a ordem e controlar a opinião pública. Em 1939, pelo decreto lei nº 1.915 de 27 dezembro, criou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Este ficou responsável pela censura, focado em regular o conteúdo veiculado pelos rádios, jornais, cinemas, teatros, imprensas, revistas, literaturas sociais e políticas, uma vez que falar mal do governante tornou-se proibido. “Durante o Estado Novo, a eficiente censura de Vargas à opinião Pública tinha silenciado as vozes dissidentes” (SKIDMORE, 1982, p. 72).

Por outro lado, o DIP promovia ações favoráveis ao governante, distribuindo cartilhas nas escolas, produzindo cartazes, espetáculos, livros, artigos, patrocinando artistas e produzindo filmes e revistas que exaltavam o nacionalismo varguista. A publicidade nacionalista, nessa época, estava em todo lugar, inclusive na programação dos rádios, em passeatas com imagens do presidente em destaque, que ocorriam, principalmente, no dia do trabalhador. Mesma postura mantida em seus discursos abertos a todos os cidadãos (FAUSTO, 1999), mais uma prova de sua ligação com o Brasil e seu povo.

Getúlio Vargas tinha o desejo de levar o Brasil à autossuficiência econômica, como apontado antes. Para tanto, contou com empréstimos em dinheiro vindos dos Estados Unidos. Neste cenário conturbado, acontecia a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O Brasil permaneceu neutro até 1942, pois não tinha sofrido represálias, inclusive mantinha habilmente relações comerciais com os dois lados: países do Eixo e Aliados.

Ao decidir-se pela aproximação brasileira aos Norte Americanos, como retaliação, submarinos alemães afundaram navios brasileiros. Fausto (1999) enfatiza que a indefinição foi superada quando, entre 5 e 17 de agosto de 1942, cinco navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães. Então, o Brasil, em agosto de 1942, posiciona-se definitivamente no conflito da Segunda Guerra Mundial, ao lado dos aliados (Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética), contra os países do eixo (Alemanha, Itália e Japão). A Força Expedicionária Brasileira (FEB) torna-se a principal representante das Forças Armadas Brasileiras no conflito mundial, com o envio dos pracinhas em 1944, para o frente de batalha na Itália (FAUSTO, 1999).

O Brasil, que mandou tropas militares para lutar na Europa contra os regimes totalitaristas, internamente, era governado por um ditador. Em 1945, “As contradições do Estado Novo, um regime internamente autoritário e externamente favorável a democracia, tornaram-se explícitas e isso enfraqueceu o prestígio do ditador, que passou a ser alvo de oposição mais sistemática” (CAPELATO, 2003, p.136). Os partidos políticos de oposição voltaram em cena pedindo o afastamento de Vargas. Porém, o grupo político aliado ao presidente organizou várias manifestações de massa, que entraram para a história como *queremismo*⁴: um forte apoio político/popular para instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, com Getúlio Vargas no poder, e, posteriormente, serem realizadas eleições diretas, nas quais Getúlio podia concorrer (CAPELATO, 2003).

Entretanto, era tarde demais, o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e a vitória dos aliados sobre o Eixo significou a vitória das democracias e questionamento das ditaduras, pelo mundo (SKIDMORE, 1982). No Brasil, não foi diferente, e a sociedade esperava mudanças. Agora, antigos apoiadores de Vargas, entre eles os militares, Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro – Góes era um dos principais

⁴ Manifestações públicas, que defendiam a permanência de Getúlio Vargas no poder, tendo como slogan a frase: *queremos Vargas*.

formuladores da política do Exército e Dutra o principal executor –, temendo nova reeleição do presidente, forçaram a renúncia em 29 de outubro de 1945. Como o Brasil não tinha vice-presidente, assumiu provisoriamente o cargo um membro do Supremo Tribunal Federal: José Linhares. Em seguida, foi organizado o processo eleitoral, que elegeu o General Eurico Gaspar Dutra para a presidência. Assim, termina o Estado Novo, também conhecido como primeira era Vargas (SKIDMORE, 1982).

2.2 Sintetizando

Getúlio Vargas, cada vez mais, transformava-se em um ditador, impedindo o regime democrático avultar-se, apesar de realizar algumas reformas, políticas, sociais e econômicas importantes para sua época. Vargas, que havia assumido o comando da nação por força de um golpe político/militar (1930), continuava no cargo. Agora, utilizando a influência acumulada pelo tempo, com propósitos diferentes dos prometidos. Aos poucos, criando uma imagem negativa perante à sociedade brasileira, desgastando seu poder. Como visto, as forças políticas contrárias, aliadas com parte dos militares, apoiados pela população insatisfeita, articularam-se e, em 1945, depuseram o governo.

Uma ferramenta muito importante para o líder em busca de legitimidade era a propaganda, demonstrando a preocupação com a formação de uma identidade nacional coletiva. Envolveva a aceitação intervencionista do estado, na economia, na cultura, na educação, entre outros, como fator de unidade nacional (CAPELATO, 2003). A nacionalização estava em todo lugar, inclusive na família, base da formação do país, enfim, em todas as instituições pública e privadas. Não poderia ser diferente, nos Tiros de Guerra, pelo encontro das ideias políticas e militares, transferidas para o social, por meio dos atiradores (CARVALHO, 2005). Com a censura impedindo, negativas coisas aconteciam. Até o ponto da Segunda Guerra Mundial, por assim dizer, abrir os olhos dos brasileiros, para novas possibilidades de gerir, de uma forma menos intervencionista e mais democrática, o Brasil.

No entanto, o legado de Vargas no período de 1930-1945, de forma sucinta, foi, principalmente, o crescimento da população urbana, provocado pelo investimento nas indústrias e comércio, como nova forma de controlar a economia, mas sempre com um viés centralizador. As indústrias assumiram o lugar das oligarquias na economia, ao mesmo tempo que a classe média e o operariado ganharam mais

espaço. Duas constituições e as leis trabalhistas, que favoreceram tanto os trabalhadores quanto às empresas. Aos poucos, as unidades federativas cederam lugar para nacionalização e, assim, formou-se um Brasil único, ação que vai perpassar as unidades do Exército e os Tiros de Guerra.

3 OS MILITARES NO BRASIL ENTRE 1930-1945

Este capítulo tem o propósito de abordar a história militar no Brasil, entre (1930-1945), com suas devidas implicações para o desenvolvimento do nacionalismo, bem como os encadeamentos em relação à política; concentrando atenção no Exército Brasileiro, pelo papel de destaque dentro das Forças Armadas, na legitimação desse processo. Pois é onde, seguindo o caminho natural, verificado na história nacional, que se percebe as articulações mais relevantes do período.

Porém, deve-se começar com um breve relato da origem e evolução, tanto do registro histórico como dos apontamentos referentes aos militares, nesse caso, como ver-se-á a seguir, ambos podem ser considerados oriundos do mesmo contexto. Mas, antes de se ater ao foco principal, inicialmente apontado, cabe, também, desprender um momento de atenção aos antecedentes do recorte temporal e temático escolhido, pois o próximo passo necessita ser iluminado, na tentativa de tornar mais clara as possíveis conclusões sobre esse ponto averiguado.

3.1 Breve história da organização militar

Jay Luvaas (1981) comenta que a história militar começou na antiguidade, com o registro das guerras, escritas por pessoas próximas ao campo de batalha. Para Luiz Carlos Soares e Ronaldo Vainfas (2012), a história militar surgiu com as Guerras entrelaçadas na política, nos impérios Grego-Romano. Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira, ao escrever um artigo baseado em sua tese de doutorado “Os múltiplos olhares sobre a história militar” (2012), diz que a literatura militar inicia na antiguidade, com Heródoto⁵ e Tucídides⁶, como sucessão de eventos. Também, salienta aspectos das técnicas da arte militar e a construção do herói como o homem do estado, ou o chefe militar. Considera-se que na antiguidade a força legitimava o poder, quem melhor sabia negociar a lealdade de seus seguidores estava em vantagem, nesse caso, encontravam a política. Partindo do princípio de que a construção do mito antecede e perpassa o tempo presente, enaltecer seus feitos pressupõe ganho estratégico, para reforçar as atitudes tomadas. Como notado, os autores citados

⁵ Heródoto, historiador grego (484 à 432 ac), um dos primeiros historiadores conhecidos.

⁶ Tucídides, historiador grego (430 à 355 ac), considerado o pioneiro da história militar.

concordam sobre a influência do vivenciado, nos registros históricos referentes aos militares, também na falta de critério ou maiores preocupações com os contextos.

Porém, Moreira (2012) vai além e destaca que a disciplina de história, no século XIX, era mais autônoma e ainda assim serviu para legitimar o Estado Nacional na Europa, aspecto semelhante verificado no Brasil. Com isso, acredita-se que o registro histórico, por carregar significados diferentes, dependendo das circunstâncias, deve ser submetido a novas provações, para eliminar as aparentes discordâncias. Portanto, o entendimento mais profundo do sucedido carece de novas verificações, mais amplas e atualizadas, não sendo diferente no caso da força militar.

Aos poucos, na primeira metade do século XX, a nível mundial, surgiram novos historiadores civis e militares voltados ao estudo dos atos militares, com abordagens diferenciadas, pelo afastamento temporal dos conflitos. Com esta atitude, o tema torna-se mais amplo e ganha outros aspectos, contrapondo a velha forma de estudar a matéria. Uma história mais atualizada, com mais envolvimento, conhecida como a nova história militar começa a aparecer:

Os estabelecimentos de ensino militar de hoje tratam, não somente dos tópicos operacionais, porém, mais especialmente, da história que estuda os aspectos administrativos e técnicos da Guerra e do relacionamento entre os diversos elementos militares, sociais, políticos econômicos e psicológicos, tudo a nível nacional (LUVAAS, 1981, p. 39).

Jay Luvaas (1981) alega que, no contexto estadunidense, apesar das mudanças, dos avanços no campo da pesquisa e do interesse de mais profissionais pelo assunto, ainda são poucas faculdades e cursos superiores específicos sobre a questão militar em funcionamento, caso comum em todo mundo. Cabe lembrar que no Brasil não temos curso de graduação sobre história militar. No entanto, como os demais autores, Luvaas (1981) recorda que a história militar pensada para estratégia de guerra, na época dos acontecimentos, foi superada e ganhou novas conotações, afinal a própria instituição militar modernizou-se. É consenso entre os escritores Luvaas (1981), Soares, Vainfas (2012) e Moreira (2012) que o progresso, embora lento, e a ampliação da abrangência do campo de investigação da história militar é uma realidade incontestável. Revelam, acima de tudo, que os envolvimento, principalmente políticos, militares e sociais, tornam-se conhecidos e logo um podem legitimar um ao outro, dando ênfase, agregando e oportunizando conhecer melhor todos os agentes comprometidos.

Fausto (1999), sendo específico sobre a questão das pesquisas no campo militar brasileiro, afirma que os trabalhos ainda carecem de maiores investigações; na sua maior parte, pela barreira imposta ao acesso documental, muitos dos quais restritos aos militares, para abordar a temática. Nos dias atuais, pouco se ouve falar sobre evoluções consistentes nesse segmento, indicando que muitas coisas ainda podem surgir e novidades aparecerem, contribuindo para o enriquecimento da história nacional, como um todo.

3.2 Desafios do recrutamento para o Exército Brasileiro

José Murilo de Carvalho (2005) apresentou um pouco da história do recrutamento militar para Exército Nacional. Segundo ele, a referência de Exército imperial foi o da Europa monárquica. Destaca, também, que o costume do corpo de oficiais ser escolhido entre a nobreza – no caso brasileiro, a elite – e os praças, junto aos camponeses e proletários urbanos, impediam a contaminação entre as classes sociais, que foi seguida pelo Brasil como um jogo político.

Para o oficialato, eram preferidas as pessoas com melhores condições financeiras, influentes, com histórico familiar ligado à força militar. O voluntariado como praça não era aderido por grande parte da população, sendo uma das hipóteses o desconforto causado pela seleção desigual para carreira das armas. A falta de critério para garantir a segurança levou, algumas vezes, ao recrutamento forçado, que tornava um civil em soldado profissional. Em 1874, pela primeira vez, foi aprovada uma lei de recrutamento temporário, a qual estabelecia o alistamento universal e o sorteio para cobrir as vagas. Todavia, não foi o suficiente para ser efetivada (CARVALHO, 2005, p. 20). Sendo assim, superada a fase da Monarquia brasileira (1889), novas tentativas ainda seriam necessárias, almejando desfazer o impasse do serviço militar.

No período republicano, em 1908, criou-se a lei número 1.860, que previa a regulamentação do alistamento e sorteio militar, visando reorganizar o Exército. A referida lei, reforçada e aplicada somente em 1916, surtiu algum efeito, mas não o desejado. Esperava-se, com essa ação, resolver o problema dos militares, definitivamente. A ineficácia, falta de adesão, foi atribuída principalmente a resistência dos setores econômicos da sociedade – sobretudo, o industrial em começo de ascensão –, preocupados com a perda, mesmo que temporária, da mão-de-obra dos

operários. Também, pela temeridade de seus filhos estarem entre os sorteados, pois, agora, todos os homens estavam no cadastro para convocação, mesmo que pertencendo à burguesia. Por outro lado, pela grande aversão da população civil de diversas áreas profissionais, em relação ao Exército.

Neste contexto, chegou, inclusive, em determinados momentos, a ser questionada nos meios populares, a manipulação e retirada de nomes da lista por aqueles com acesso ao documento, interessados em livrar seus protegidos da obrigação ao serviço militar (CARVALHO, 2005).

José Murilo de Carvalho (2005) ajuda a entender que, devido a grande maioria do quadro operacional do Exército ser ocupada pelas camadas mais pobres da população, tornou-se questionável a qualidade dos recursos humanos da instituição. Celso Castro (2012) lembra que os soldados, normalmente, eram considerados pelos oficiais provenientes da ralé da sociedade. Murilo de Carvalho (2005) acrescenta que isso acabava desmoralizando a corporação e impedindo maiores investimentos financeiros governamentais, dificultando sua modernização. Ademais, essa situação barrava maiores aproximações entre as diferentes classes sociais e econômicas, afinal o quadro interno do Exército era reflexo das desigualdades inerentes ao mundo civil.

Portanto, era preciso mudar essa realidade, com investimento no social, melhorando, por conseguinte, as condições de pessoal e de recursos para o Exército. As tentativas, no entanto, já vinham acontecendo e passaram pela tentativa de reformulação da própria instituição.

Em 1896, criou-se a Confederação Brasileira do Tiro como um primeiro passo para aproximar do serviço militar os jovens de classe média e alta. Não teve muito êxito a iniciativa, até que foi reativada por Hermes da Fonseca em 1906. Como ministro da Guerra de Afonso Pena, Hermes da Fonseca deu um grande impulso à transformação do Exército. Em 1908, conseguiu fazer aprovar a lei do sorteio. Tornou também obrigatório a instrução militar secundários (CARVALHO, 2005, p. 22).

Celso Castro (2012), por sua vez, complementa Murilo de Carvalho, ao dizer que após criada a lei para o sorteio militar, a ser realizado entre todos os cidadãos, considerados aptos, pouca coisa mudou. Após as tentativas de 1874, 1908 e 1916, esperava-se, com a adoção do sorteio, que todas as classes sociais passariam a estar representadas igualmente no Exército, em uma tentativa de moralização da instituição. Mas as decisões sempre foram paliativas, pois, normalmente, permitiram

exceções e colocavam, cada vez mais, sobre os ombros das pessoas sem recursos financeiros e políticos a obrigação do serviço militar, sobretudo nas funções inferiores – praças, cabos, sargentos, subtenentes.

Motivo pelo qual verifica-se indisciplinas, revoltas, deserções e expulsões no período imediatamente anterior a 1930, mas que se alongam após essa data. O que leva a crer, efetivamente, fazendo uma analogia, na existência de preferência para os postos de comando militar, para quem tinha maiores condições econômicas e influência social e política. Tornando o mundo militar um ambiente conturbado, desigual, propício para desentendimentos, engessado quanto a perspectivas de mudanças (CASTRO, 2012). De qualquer forma, as medidas tomadas não surtiram o efeito desejado, e a lei do sorteio mostrou-se ineficaz, no início do século XX.

O movimento operário, como classe, tornou-se um dos principais opositores do sorteio, uma vez que as famílias ficaram privadas de seus membros, como fonte de trabalho e renda. Em benefício do Exército, que nada oferecia em troca, além do mais, maltratava o cidadão comum em nome da pátria. Por outro lado, entre os que mais defendiam o sorteio no país, estavam os militares e as elites civis. Celso Castro (2012), no entanto, esclarece que o problema do recrutamento militar só foi resolvido parcialmente com um decreto de 1933, que exigia o comprovante de alistamento militar para exercer qualquer cargo público.

Em 1934, ele foi incorporado à constituição, no art. 163, que, pela primeira vez, também constava que todos os cidadãos, exceto as mulheres, eram obrigados a alistar-se, para seleção militar anual, ao completarem 18 anos de idade, mesmo nos Tiros de Guerra do interior. Sendo, para isso, necessário apresentar os documentos que comprovassem que ele era brasileiro nato, ou naturalizado (BRASIL, 1934). Pois, se não fosse assim, a Nação poderia fragmentar-se sob a influência de fora. Todavia, a igualdade de direitos e deveres, esperada para inserção nas Forças Armadas, não aconteceu como planejada (CASTRO, 2012).

Dessa forma, perpassa o espaço de tempo determinado sem mudanças consistentes, apesar de sucessivas tentativas para alterar e melhorar o quadro funcional da entidade militar. Os motivos aparentes dessa ineficácia podem ser relegados até certo ponto, a falta de consenso entre políticos, militares e a elite brasileira, já que o pobre não tinha voz. Isso, por conseguinte, leva para o que acrescenta Celso Castro (2012, p. 79): “a questão do serviço militar só seria de fato

resolvida ao longo das décadas de 1930 e 1940, com a universalização da exigência do documento de serviço militar e a adoção de dispositivos legais mais eficazes”.

3.3 Os militares brasileiros na política

As instituições, antes referidas desde 1930, sobretudo, após 1937, com o Estado Novo, desejosas de mudar os rumos do país, uniram forças para fortalecer o nacionalismo, concordando sobre questões econômicas do país. Deve-se considerar, nessa perspectiva, também, a tentativa de superar os erros do passado e entrar em uma nova fase, voltada à construção do pertencimento e do patriotismo. Não esquecendo, como argumenta José Murilo de Carvalho: os aspectos internos têm merecido pouca atenção dos analistas do papel dos militares na política brasileira (CARVALHO, 2005).

Nesse sentido, falar dos militares no Brasil (1930-1945) consiste, basicamente, em fazer uma inversão do olhar histórico para política e, agora, levar em conta os feitos intrínsecos da corporação, contemplando, dessa forma, aquilo que melhor aproxima as partes, eliminando as eventuais dúvidas ainda existentes.

José Murilo de Carvalho (2005) confirma que após o golpe de 1930 as Forças Armadas, principalmente o Exército, viram-se instalados no centro do poder nacional, compondo com o governo federal a base da política nacional. No entanto, a participação na política pelos militares passou por discórdia, entre os que ainda preteriam a Segunda República, em detrimento da primeira, pois “quanto ao Exército, pode-se dizer que a maioria dos oficiais não aderiu ou, se fez foi quando já não havia condições de resistência” (CARVALHO, 2005, p. 63). Esta afirmação mostra a falta de consenso entre os militares, sobre a forma de gerir o país.

Por isso, acredita-se que o governo Getúlio Vargas, recebendo apoio apenas de parte das Forças Armadas, teve que, imediatamente, negociar concessões aos militares aliados, para manter seu posto de presidente. Isso se comprovaria pelas promoções concedidas aos oficiais, representados principalmente na figura de Góis Monteiro, que de Tenente-Coronel passou a General e chegou a Ministro da Guerra. Isto é, de Tenente-coronel, em 1930, Góis foi promovido a coronel, em março de 1931; e a general-de-brigada, em maio desse mesmo ano; chegando a general-de-divisão, o mais alto posto da época, em outubro de 1932 (CARVALHO, 2005). Mas Vargas ainda precisava eliminar os desafetos, adeptos ao velho regime. A atitude constituiu

em expulsar, ou trocar, principalmente, a alta cúpula militar, colocando em seu lugar aqueles simpáticos à sua forma de governo. Com a guerra contra os paulistas 1932, Vargas teve argumentos suficientes, para mudar a cúpula militar.

Vale lembrar que ainda havia as desavenças regionais, as quais fragilizava o governo e impedia melhores resultados administrativos. Os desafios eram amplos, e o processo, então, passou pela campanha de junção das unidades federativas, sob o comando de Getúlio, e a colocação dos interventores, que apoiavam as mudanças políticas, como já citado no capítulo inicial.

Portanto, Vargas teria que atentar e tecer considerações para pontos antes considerados incompatíveis na história do Brasil. Isso consistia em diminuir o poder de todos os estados, tanto da segurança pública quanto da força política, diminuindo as resistências contrárias ao governo. Assim, o Exército Nacional ganhava mais incentivo, em detrimento das corporações estaduais, pois as primeiras estavam dando sustentação para o regime político federal.

Sandra Jatahy Pesavento (1997), por outro lado, lembra que, a princípio, a aceitação da ditadura de Vargas, pelos militares e elite burguesa, deu-se em nome da segurança nacional e na tentativa da aceleração do progresso econômico. Com os impasses resolvidos, todos os atores em questão saíam ganhando: a instituição militar se tornaria mais forte, assim como o Presidente da República se manteria no poder. Nesse sentido, o Brasil mais unido internamente, em um mesmo ideal nacionalista, pronto para enfrentar desafios maiores (FAUSTO, 1999).

O fortalecimento das Forças Armadas, em âmbito federal, especialmente o exército, tornou-se uma das características mais importantes dos anos 1930-1945. Engendrando todo o processo desencadeado pelo golpe de 1930, o que pode verificar-se pela tentativa de mudar o quadro geral, até então, mantido com poucas alterações, estagnado à possibilidade de alternância.

Ele se deu tanto em número de efetivo quanto em reequipamento e posições de prestígio. Comprovadamente, as forças públicas estaduais perderam terreno. Seria equivocado porém pensar que o Exército surgiu nos primeiros meses após a revolução de 30 como uma força coesa. Não só o tenentismo era um problema mas também a existência na ativa de muitos integrantes da alta hierarquia, simpática a República Velha (FAUSTO, 1999, p. 358).

A constatação anterior sintetiza a instabilidade decorrente da discórdia que vinha alongando-se na história política do Brasil, movida pelo interesse destoante

entre regiões, classes econômicas, sociais e militares. Os antagonismos, além de prejudicarem os órgãos instituídos também permitiam revoltas consistentes. Aparentemente, isso também impedia o crescimento harmônico da nação. Mudar essa realidade, propiciando mais igualdade, tornou-se o desafio mais importante, para promover o todo, dentro da esfera política (FAUSTO, 1999). Pode se imaginar que esse aspecto revela que a ruptura demandava superação e novos olhares para a fase a percorrer, na esperança de não mais retornar a velhas fórmulas indesejadas. Para isso, a junção entre políticos e militares poderia ser reconhecida e aceita por todos como viável.

Celso Castro (2012) ressalta que, nas décadas de 1930 e 1940, aos poucos, o exército brasileiro recebeu ajuda, para se modernizar em prática organizacional e de instrução, tornando-se mais preparado. O padrão adotado, segundo o próprio autor, permanece sem muitas alterações até hoje. As evoluções apresentadas, no entanto, inicialmente, decorreram, em parte, da influência da Missão Militar Francesa a qual já estava no Brasil desde 1919, ministrando instruções para o Exército brasileiro, no que concerne tanto a doutrina militar quanto a doutrina de guerra. Não pode-se esquecer que o continente europeu, a pouco saído da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), permanecia um campo minado, onde estar alerta e preparado para guerra era questão de segurança nacional, sobretudo aos países mais propensos a novos combates. Sendo assim, acredita-se que os militares brasileiros, nesse momento, além de treinados, de sobreaviso constante, deveriam induzir a população em geral a entender a importância de permanecer nessa mesma condição. Pressuposto que se concretiza, perpassa o tempo e continua no ideário da política e militar, praticamente a nível mundial, inclusive no Brasil, durante o período de Vargas.

O cenário militar europeu era, nessa época, dominado pela nação em armas, segundo a qual as Forças Armadas, além de responsáveis pela defesa, deveriam ser também uma espécie de escola de nacionalidade, já que idealmente recrutariam elementos de todas as origens sociais, dotando-os de um sentimento de unidade nacional. Com isso, o Exército via-se, em termos ideológicos, diretamente ligado a nação, entidade da qual, mais do que guardião, era também formador” (CASTRO, 2012, p. 85).

José Murilo de Carvalho (2005), porém, diz que, a partir de 1935, os exemplos militares dos franceses já não eram mais os melhores a serem seguidos. Pois, surgiam novos modelos de exército mais estruturados, a exemplo do Nazista alemão ou do Fascista italiano, mais centralizadores e, portanto, considerados mais úteis e seguros.

O fortalecimento das Forças Armadas no Brasil passou pelo treinamento dos militares, feito como forma de investimento na sociedade. A ideia era preparar o soldado na defesa da pátria e, ao mesmo tempo, no respeito às lideranças políticas.

Para garantir os efeitos agregadores às ideias em questão, foi necessário ir além das instruções de quartel, por meio da intervenção no sistema educativo do país. Leonardo Guedes Henn e Pâmela Pozzer Centeno Nunes (2013) dizem que “Vargas controlou a educação para que servissem a seu propósito [...], de divulgação do regime” (HENN, NUNES, 2013, p. 3-5). Inclusive, pela implantação da educação física nas escolas, em um estreitamento das relações entre o estado e a comunidade, em todos os lugares. “A preocupação recaía em disciplinar os corpos e a mente dos indivíduos no civismo, semelhante ao efeito que a disciplina militar exercia sobre a tropa” (CASTRO, 2012, p. 111).

O Exército estenderia sua influência sobre toda a nação, também esperando receber, em suas fileiras, jovens aptos fisicamente às exigências da vida militar. Por outro lado, as ideias políticas circulavam e moldavam desde cedo o pensamento dos brasileiros, na infalibilidade da soberania nacional, sob o comando do presidente, com respaldo das Forças Armadas. Com esse parecer, estendendo-se aos Tiros de Guerra e seguindo processo semelhante em outros órgãos públicos e privados, esperava-se organizar e unificar o país, como um todo.

Celso Castro (2012) complementa esse pensamento por meio da constatação de que os militares passaram a ocupar cargos em diversos órgãos públicos, no período de 1930-1945. O governo federal, segundo o autor referido, ampliaria sua forma de intervenção, pois atuaria, também, por intermédio da educação física do Exército, no meio civil. A educação física, no Brasil, seguiu o modelo francês – com longo histórico de envolvimento em guerras – de preparação e contribuição para nacionalidade, assim como na prevenção contra eventuais guerras.

No Brasil, primeiro começou dentro do Exército e nas escolas militares, depois transferindo-se para escolas civis, com o mesmo fundamento. Ou seja, a ginástica poderia preparar o corpo e o espírito do jovem, em uma estreita relação com o ideário nacionalista. “Com a Educação Física consolidada na própria instituição o Exército durante toda década de 1930, estenderia sua influência sobre todo o corpo da nação através do controle da Educação Física” (CASTRO, 2012, p. 92).

Um dos métodos utilizados para garantir esse feito consistia-se em treinar professores – parte deles militares – dentro do Exército, em espaço de tempo

reduzido. De volta às escolas, preparados com técnicas especializadas, com uma formação cívico-moral, os educadores agiram sobre os alunos disseminando o espírito de ordem e disciplina, em todo país. Vastos setores do estado e da sociedade consideravam necessária esta atividade, para defesa nacional. A Educação Física foi colocada em prática de forma obrigatória, pela primeira vez, na Constituição 1937 (CASTRO, 2012).

Como comentado anteriormente, o ambiente interno do exército, vinculado à caserna, passou despercebido pela maioria dos pesquisadores, fato até aqui confirmado pela dificuldade de encontrar material específico sobre o assunto. Contudo, este trabalho busca abordar alguns detalhes, seguindo escritores que se propuseram trabalhar com esse enfoque. Em uma inversão do procedimento habitual, separar totalmente os agentes, políticos, sociais e militares envolvidos seria difícil, considerando a fase embrionária das pesquisas.

3.4 Exército brasileiro: reorganização e rearmamento

O Exército brasileiro de 1930-1945, desacreditado diante da opinião pública, também sofria com falhas estruturais e organizacionais a serem corrigidas, que não poderiam continuar. Em um novo momento, exigia-se novas atitudes, mecanismos mais adequados ao seu tempo presente. Em primeiro lugar, consistia em arrumar a própria casa (quartel). Depois, seguir em frente, ampliando a participação na política, economia e, por conseguinte, melhorando cada vez mais a credibilidade militar.

José Murilo de Carvalho (2005) alerta sobre as discórdias internas ao Exército, sobre a fragilidade da organização que estava fragmentada e que passou por dificuldades, nos anos que antecederam e seguiram a Revolução de 1930. Um dos pontos a ser considerado nesse quadro consiste na indisciplina ocorrida pela inexistente ordem, que favoreceu e generalizou inúmeras sublevações. A diminuição das divergências, que, no começo do período, chegava a média de nove por ano, caindo para uma na fase final; conforme Murilo de Carvalho (2005), só aconteceu quando algumas melhorias atingiram todas as camadas do Exército.

Segundo o mesmo autor, “O que incluía mudanças na organização interna da organização militar, nas relações da organização com o estado e a sociedade, e na sociedade em geral” (CARVALHO, 2005, p. 64). Murilo de Carvalho (2005) e Celso Castro (2012) concordam que o esforço para garantir melhorias gerais para o Exército

veio estreitar e fortalecer, também, suas relações com a sociedade e a política. Isso oportunizou a sustentação do regime governamental da Era Vargas.

Pedro Cezar Dutra Fonseca (1987), no entanto, pensa um pouco diferente e diz que após o golpe de 30 os militares, embora passando dificuldades, saíram fortalecidos; prova disso, seria que se achavam em condições de negociar melhorias para o Brasil. A meta consistia, primeiro, em acabar com a divisão inerente a seu meio, servindo de exemplo para o país. Depois, estender essa prática, acrescida de uma ampla reforma política, social, e “econômica”, a nível nacional; dessa forma, também, privilegiando as Forças Armadas.

Vale destacar que Fonseca elege na economia a mineração de ferro como um dos maiores intentos almejados pelos militares, dentro das indústrias de base (siderurgia, petróleo, mineração), pois era a matéria-prima fundamental para construção de armas e equipamentos militares, a fim de concretizar seus objetivos. Isso não só vinha ao encontro do reforço econômico esperado para o país, como tinha embutido a preocupação com a segurança nacional. Nesse sentido, foi ao encontro das ideias de Vargas, de proteger e fortalecer o nacionalismo, por meio de investimento na indústria interna (FONSECA, 1987). Assim, em nome do nacionalismo, percebia-se que as discórdias davam espaço para o entendimento mútuo.

Fazia parte da ideologia dos tenentes a modernização das Forças Armadas e a tentativa de ir gradualmente produzindo no país os materiais necessários ao Exército e a Marinha. A siderurgia passava ser verdadeira questão de segurança nacional [...] Em 1934, ao discursar na Vila Militar, Vargas enumerou as realizações materiais que o Exército conseguiria com o novo governo [...] fábricas de projéteis de artilharia, de materiais contra gases e de viaturas [...] (FONSECA, 1987, p. 217-218).

Francisco Luiz Corsi (2000), economista, confirma que a questão do investimento na siderúrgica era prioridade, fato que oportunizaria o desenvolvimento industrial brasileiro mais amplo. Por conseguinte, todo Brasil pôde prosperar e crescer, mais harmoniosamente. O autor enfatiza que o perigo da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) e uma provável adesão brasileira ao lado dos Aliados (1942) veio acelerar a efetivação dos projetos políticos e militares, quanto mineração.

A importância do ferro, em momento de guerra, tornou-se maior, e os Estados Unidos esperava um posicionamento brasileiro favorável, tanto que colaborou financeiramente para efetivação do projeto. Ao ponto que, após o Brasil postar-se

definitivamente em comum acordo com este e demais aliados para guerra mundial, aumentou a exportação de minério de ferro, para ser utilizado pela indústria bélica estadunidense. Favorecido pelas circunstâncias, internamente, ocorreram melhorias nas redes ferroviárias, de navegação, linhas aéreas, entre outras; em princípio, todos saíram ganhando.

Luiz Corsi (2000, p. 75) reafirma a análise dos demais autores economistas, pois para este “O discurso de Vargas procurava vincular o desenvolvimento econômico à superação da miséria e à consolidação da unidade nacional”, elegendo um governo central forte, no caso, ele próprio, como possibilitador dessa recuperação.

De qualquer forma, pelas circunstâncias antes apresentadas, algumas medidas adotadas pelo Exército receberam apoio da maior parte da sociedade. Isso materializou-se militarmente, não por acaso, maiormente no recrutamento, que em 1942 já atingiam todas as camadas da população e o serviço militar ampliou-se. No entanto, José Murilo de Carvalho (2005) lembra que melhorias já vinham acontecendo, graças à reativação dos Tiros de Guerra, das Escolas de Instrução Militar e de Instrução Militar Preparatória. Estas duas últimas eram organizadas para adequar a educação dos jovens (principalmente para o oficialato) às novas exigências da preparação antecipada, com a finalidade de ter o Serviço Militar efetivo. Carvalho elenca: “Em 1939, havia em funcionamento 262 Tiros de Guerra, 116 Escolas de Instrução, e 115 Escolas Preparatórias” (CARVALHO, 2005, p. 76). Celso Castro (2012) segue a mesma linha de pensamento e acrescenta que, aos poucos, criaram-se medidas penalizando os desobedientes.

Um decreto de 1933 (nº 22.885) exigiu o certificado de serviço militar para o alistamento em cargo público, exigência incorporada a Constituição de 1934 por insistência do Ministro da Guerra, Góis Monteiro. Em 1935 foi criada a Diretoria do Serviço Militar e, em 1939, adotada nova lei do Serviço Militar. [...] o decreto lei nº 7.343 de 1945, finalmente determinou, em seu artigo 1º que ficava instinto o sorteio militar. A partir de então, todos os brasileiros, no ano em que completassem 21 anos, dever apresentar-se para prestação do serviço militar (CASTRO, 2012, p.81- 82).

Góis Monteiro, como os relatos ainda apontam, na constituição de 1934, já teria pedido para que o serviço militar fosse estendido às mulheres e o certificado de reservista apresentado para o exercício do voto. Outra informação: em 1939, Eurico Gaspar Dutra sugeriu a negação de direito de defesa, em juízo de quem não tivesse cumprido as obrigações militares. Além dessas medidas, foram aprovadas e

efetivadas outras (1939), como multas para insubmissos e taxas para isentos. As convenções autoritárias, antes reportadas, retratam bem como funcionava os mecanismos, para quem, eventualmente, arriscasse desobedecer às regras impostas.

Gradativamente, todo cidadão foi obrigado a se alistar, sendo que aos aptos passou a ser obrigatório o serviço militar, pessoal e universal. Em 1930, esse projeto já estava em andamento, mas ganhou maior força no Estado Novo (1937- 1945). As condições internas dos quartéis, durante os anos de 1930, melhoraram, e com a criação de escolas preparatórias de candidatos para o Serviço Militar foi possível elevar o nível dos egressos, já que a seleção era criteriosa.

O Exército, mesmo que precariamente, também conseguiu vincular todas as classes sociais. Outro ponto a ser considerado era que até a República Velha os praças ingressavam e permaneciam aquartelados por longos períodos, situação que se alterou com o novo serviço militar, pois os recrutados necessitavam ficar apenas por um ano e, se quisessem, poderiam retornar à sua vida de civil, em que tornava-se reservista e sujeito, caso necessário (guerra), a ser novamente convocado. No caso de quem optasse pelos Tiros de Guerra, o tempo poderia ser ainda mais reduzido; com isso, formava-se um contingente não pago, porém preparado à espera de ser chamado, minimamente adequado para enfrentar as adversidades de um conflito (CASTRO, 2012).

3.5 Militares e a política?

Voltando ao começo (1930), sobre outro ponto de vista, existiam oficiais que defendiam um maior afastamento dos militares da vida política do país, alegando que a única política acessível a um militar era aquela inerente ao seu meio. O próprio Góis Monteiro teria comentado, segundo José Murilo de Carvalho (2005), que nas lutas políticas o Exército não devia passar do grande mudo. Condição essencial de sua coesão e eficiência e, até mesmo, de sua existência como instrução. Sua verdadeira e única política seria a preparação para guerra (CARVALHO,2005). Góis seria prova viva que as opiniões mudam, principalmente na busca pelo poder. Em todo caso, a participação do Exército na política, segundo esse grupo, atrapalhava a carreira militar, apenas oficiais movidos por forte ambição pessoal ganhavam com isso. Entretanto, quando o assunto era investimento para modernizar a instrução ou

melhorar os equipamentos das Forças Armadas, como já visto, não havia maiores desentendimentos.

Todavia, o grupo dos Cabos e Sargentos, apesar da participação efetiva em sustentação aos planos, tanto do alto escalão militar quanto governo, ficavam de fora das decisões políticas e militares importantes. Portanto, aparentemente pouco eloquentes, careciam de mais atenção para suas reivindicações. Com visibilidade abalada, restava aos Cabos e Sargentos revoltar-se contra as condições precárias que atingia a todos: “falta de estabilidade, ausência de promoções, falta de assistência social e baixos salários” (CARVALHO, 2005). Supostamente, a solução recaía em provocar a sublevação dos praças e conseguir apoio de parte da população, normalmente proletária, tentando galgar novas e melhores condições de trabalho e para carreira. Essas constatações, baseadas no discurso da época, remetem a um aparente continuísmo do até então vivenciado.

O histórico dos oficiais na Era Vargas continuava o mesmo do império, restando os cargos de menor expressão para as camadas inferiores da sociedade, dentro do Exército. Cada integrante representava o grupo social que pertencia, e este definia suas possibilidades futuras, o que no fundo trazia embutido uma divisão social associada ao nascimento e raça, difícil de se superar. Isso tornava o quartel um campo propício para desentendimento, motivado pelo clima de hostilidade, entre grupos antagônicos, algumas revoltas poderiam eclodir. A exploração e preconceito constantes, alinhados à classe de origem, tornavam-se inimigos os colegas de farda. Então, o todo, civil/militar precisavam ser atendidos, afinal eram os mesmos participantes em momentos alternados, que compunham e ocupavam os espaços civil e militar. Além do mais, a falta de consenso não era apenas interna ao mundo militar, ela transferia-se para o externo, ou social (CARVALHO, 2005).

Seguindo essa ideia, nota-se que a adesão ao comunismo poderia ser uma das formas dos quadros subalternos, rebelar-se contra o comando do Exército, pelas circunstâncias opressoras apresentadas. O que levou o Ministro Eurico Gaspar Dutra (1937), logo após ao advento da Intentona Comunista, procurar desarticular as associações de sargentos. Por conseguinte, tentar acabar com futuros movimentos contrários ao governo. Assim, um quadro de divisão estrutural e outra ideológica pode ser vista entre as esferas social, política e militar, conforme Carvalho (2005). Porém, as lutas por melhorias não foram em vão, as medidas tomadas possibilitaram que os

ditos cargos inferiores – Cabos, Sargentos –, antes impedidos, agora pudessem subir de posto.

Percebe-se que com as reformas do governo houve um crescimento de importância política dos elementos ligados ao comando das Forças Armadas, ou seja, os generais. As cúpulas militares, agora, reivindicavam para si próprios e em nome da força de suas armas poder de influência e direitos de participar das decisões políticas. Apresentando-se como representantes das únicas instituições, as quais julgavam eminentemente, preparadas e adequadas para defesa das causas nacionais. Assim, os generais buscavam colocar-se naturalmente na posição de protagonistas dos conflitos políticos, gerados pela nova composição do poder. Pode-se dizer que essa influência acompanhou o governo provisório de Vargas e sua fase constitucional, atingindo o ápice no Estado Novo, quando eles procuraram dar sustentação à ditadura (CARVALHO, 2005).

O fato é que aos poucos os Generais foram ganhando notoriedade na política; porém, Getúlio Vargas tinha um trunfo a seu favor, o poder de nomear esses profissionais. A promoção de generais, pelo Presidente da República, era, no fundo, uma recompensa pelo apoio e lealdade política. Este tinha nas mãos um poder de barganha muito expressivo, pois podia punir ou premiar oficiais superiores. No entanto, não funcionou como o esperado, com a subida do Exército ao centro do poder, paulatinamente, muitos generais passaram a ter ambições políticas, postando-se como candidatos a cargos políticos expressivos: governador – como Cordeiro de Farias no Rio Grande do Sul –, até ambicionando a presidência – como Dutra, em 1945 –, ou cargos importantes no cenário da segurança nacional – como Ministro de estado de guerra, que Dutra já havia assumido em 1937. De acordo com Carvalho (2005) e Castro (2012), era corriqueiro manobras desleais entre os próprios generais, candidatos a cargos eletivos, como no caso das eleições presidenciais de 1934 e 1937 e 1945, nesta última conseguindo êxito sobre o próprio presidente.

Getúlio Vargas, como averiguado, em seu primeiro período de comando, junto ao poder máximo da nação (1930-1945), aproximou-se e relacionou-se amplamente com Forças Armadas, sobretudo com as patentes mais elevadas. Ainda assim, passou por um processo de contestação para consolidar os acordos.

A primeira fase dessas relações, que poderíamos chamar de namoro, vai da revolução de 1930 ao estabelecimento do Estado novo 1937. Ao chegar ao governo em 1930 no vácuo de poder aberto pela crise oligárquica, Vargas incentivou a transformação das Forças Armadas em ator político. Mais ainda: fez delas um dos pilares de sua sustentação, um contrapeso às forças oligárquicas. O auge do entendimento, a lua-de-mel, deu-se durante o Estado Novo (1937-1945) quando houve total coincidência dos interesses do presidente e da corporação militar (CARVALHO, 2005, p. 102).

Apesar dos aparentes entendimentos, esta constatação também caracteriza a instabilidade generalizada em que se encontrava todas as esferas do poder político/militar no Brasil, embora esporadicamente concordante. A lealdade ao presidente, de certa forma, esteve sempre abalada, afinal, como já foi abordado, não eram todos os militares que apoiaram o Estado Novo (1930-1945), ainda mais tratando-se de generais vindos da fase anterior do seu governo. Para Vargas, a manobra mais aconselhada, como dito, tornou-se a substituição da cúpula militar e a criação de novas lideranças identificadas com o Novo Regime, nesse caso, dando sustentação temporária aos seus planos políticos.

Porém, com o tempo, houve desgaste nas relações entre o presidente e os militares, mesmo com seus aliados, ainda mais, levando em conta os ambiciosos planos políticos dos militares na busca pelo poder, o que acarretou divergência de opinião e a deposição de Getúlio Vargas em 1945 (CARVALHO, 2005).

3.6 Sintetizando

José Murilo de Carvalho (2005) e Celso Castro (2012) concordam que a história militar brasileira amplia-se junto ao golpe político/militar (1930), que rompeu o ciclo anterior de sucessivas repetições eleitorais. Pelo desejo de implantar novos mecanismo capazes de recuperar a credibilidade das Forças Armadas. Em seguida, confunde-se com à trajetória política, visto que estiveram as partes envolvidas em decisões tomadas comumente. Aparentemente, em momentos de agitação, estes uniam forças, o que tornava difícil o afastamento dos militares do cenário político. Tanto um quanto o outro contava com a colaboração dos demais, seja para promover expurgos e reformas políticas, econômicas ou militares.

Por outro lado, os autores ressaltam que como resultado, gradativamente, adotou-se uma política de melhores condições de trabalho para tornar mais interessante a carreira militar. Caracterizado, também, pela maior oportunidade de

ascensão na carreira, em atendimento às antigas reclamações dos setores subalternos, principalmente do Exército. Da mesma maneira, alguns incentivos foram proporcionados às tropas, uma vez que as precárias condições serviam como estopim de revoltas. O Exército recebia os candidatos a praças pela força e só devolvia por expulsão ou no final de carreira. Com a implementação do serviço militar tornou possível aos jovens recrutas permanecerem por tempo determinado (um ano) e voltar à vida civil normal. Forma-se um quadro de reservista, que antes não existia, e abria-se espaço para novas incorporações.

Aos poucos, a sociedade recebeu, por meio da reserva, um número cada vez maior de pessoas doutrinadas no respeito a pátria, na crença da superioridade do país em possíveis guerras, sobretudo conscientes da necessidade de estarem preparadas para elas. Antes fechado quanto a possibilidades de interação, agora o Exército (1930-1945) penetrava amplamente na sociedade e tornava-se capaz de influenciar todos os cidadãos. Sem precisar arcar com os custos permanentes do militar, as Forças Armadas poderiam convocá-los, se necessário, para defender a soberania do país. Carvalho (2005) e Castro (2012) tem a mesma opinião quando dizem que, por outro lado, a abertura do Exército à sociedade possibilitou a entrada de pontos de vistas diferenciados em seu meio, tornando-o aparentemente mais democrático.

O Exército tornou-se hegemônico sobre as outras forças de segurança. Acentua-se que nesse momento só o Exército e Marinha existiam, pois a Aeronáutica somente foi criada em consequência da Segunda Guerra Mundial (1942), e também consumia recursos financeiros consistentes. A criação do Ministério da Aeronáutica foi em 20 de janeiro de 1941, que contou a colaboração de pessoas ligadas ao Exército e à Marinha. As informações servem também para confirmar o peso político, que detinham as Forças Armadas, na sustentação do regime de Getúlio Vargas, pois o investimento nos militares é um forte indicador de acordos para esse fim. O fato é que foram reformados e construídos novos quartéis, houve compra de armamento e investido na indústria bélica nacional (CARVALHO, 2005). Góis Monteiro afirmava, segundo o mesmo autor (2005, p. 96), “em um país como o Brasil, dizia mais, um Exército bem organizado é o instrumento mais poderoso de que dispõe o governo para educação do povo, consolidação do espírito nacional, neutralizador das tendências dissolventes”.

A fase final da primeira participação de Getúlio Vargas no poder, conhecida efetivamente como Estado Novo (1937-1945), é marcada também pela discórdia entre

os envolvidos antes mencionados. No entanto, Murilo de Carvalho (2005) diz que não há como negar que por trás do regime e, em parte, com justificativa deste havia um projeto de desenvolvimento nacional, sob liderança do Estado e com apoio das Forças Armadas.

As reflexões apontam que mudanças para serem completas deveriam atingir todas as pessoas em todos os lugares, mesmo em localidades mais afastadas dos centros urbanos. Nesse sentido, os Tiros de Guerra, órgão ligado ao Exército brasileiro, tornaram-se um dos meios mais propícios para atingir esses objetivos, o que será estudado mais profundamente no quarto e último capítulo deste trabalho. Foco principal desde o início desta monografia.

4 TIROS DE GUERRA NO RIO GRANDE DO SUL (1930- 1945)

A atenção desprendida sobre o tema Tiros de Guerra é, relativamente, pouca na historiografia brasileira, considerando a importância dessa corporação, a qual é ligada ao Exército brasileiro, ainda mais quando observa-se que sua origem remete ao início do século XX. Nesse caso, vai-se de imediato apresentar como são os Tiros de Guerra nos dias atuais, para dar uma noção de seu funcionamento, ambientando o leitor com a proposta dessa atividade. Em seguida, no complemento das ideias iniciais, será interpelado a história do surgimento dessa instituição. O espaço físico referente aos Tiros de Guerra dos anos 1930 e 1940 ficará centrado no estado do Rio Grande do Sul, principalmente ao que concerne à capital Porto Alegre, mas estendendo-se ao interior gaúcho, pela quantidade de Tiros de Guerra localizados na época, observado pelas pesquisas realizadas.

Para isso, além das bibliografias pertinentes, inovando na abordagem até aqui apresentada, disporemos do que as reportagens do jornal Correio do Povo, mediante investigação realizada diretamente nesta fonte, informam sobre os Tiros de Guerra de Porto Alegre e interior, com seus devidos envolvimento, entre 1930 e 1945.

Para alumbrar mais as proposições desencadeadas, também mesclando os pontos anteriores a esse, assim, dar-se-á o derradeiro passo para conclusão deste trabalho – Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul, entre 1930-1945: os políticos, os militares e a sociedade civil. Lembrando que o espaço de tempo em questão apresenta transformações importantes para a história militar e política do Brasil, o que impossibilita separar este capítulo dos dois primeiros trabalhados, para quem almeja o conjunto da obra, isto é, partindo do amplo e chegando ao específico: Tiros de Guerra.

4.1 Tiros de Guerra na atualidade

Em primeiro lugar, precisa-se entender que o Tiro de Guerra, ou TG, como é mais conhecido atualmente, ainda existe em alguns estados brasileiros, não sendo o caso do Rio Grande do Sul. TG é uma instituição vinculada ao Exército Brasileiro, que, em parceria com prefeituras, busca formar o quadro de reservistas de segunda categoria. Jovens com idade militar (18 anos) podem contribuir com as Forças Armadas, por meio da organização dos Tiros de Guerra; mesmo em locais

desprovidos de aquartelamento, basta manifestar seu desejo, estar disposto a participar de treinamentos similares ao de um militar efetivado. Com a vantagem de continuar suas atividades de civil em momentos alternados (trabalho, estudos), pois lhe será exigido o dispêndio de tempo, em muitos casos diários, durante poucos meses do ano para essa ação. Isso substitui o alistamento para o serviço militar obrigatório de primeira categoria, como pode ser constatado, diretamente no Site sobre a história da instituição, Tiro de Guerra- exército brasileiro, vinculada à Diretoria do Serviço Militar⁷.

O cidadão, conforme o site, preparado militarmente, instruído na arte do enfrentamento de adversidades, fica à disposição para intervir em calamidades públicas internas, desde que autorizado previamente pelo exército, em acordo com a administração municipal e disponível para ser convocado, em caso de guerra.

Conforme o texto *online* (2017) da instituição, os atiradores conscientes do dever a cumprir devem, também, praticar atos solidários, como em campanhas de arrecadação e distribuição de agasalhos, alimentação, brinquedos. Além disso, praticar o voluntariado, em caso de eventos e ações comunitárias, sendo adequado pela instrução adquirida no TG para assumir cargo de liderança. Assim, um elo de camaradagem se estabelece na comunidade, diminuindo os distanciamentos da força militar e o mundo político e civil.

Diferente do Exército, os serviços não se restringem ao âmbito interno da instituição. Esporadicamente, parte da equipe desloca-se às escolas, onde prolonga as iniciativas, estendendo a comunidade parte dos ensinamentos. Nessa interação, todos ganham, pois prevalece o espírito de camaradagem e fraternidade, motivo pelo qual o Brasil deve ser conhecido e exaltado.

4.2 Surgimento e história dos Tiros de Guerra

Desde o Século XIX, as pessoas formavam associações, clubes de tiro, contribuindo com dinheiro próprio. Essa ideia foi aproveitada pela força militar, para formar os Tiros de Guerra, em que se passou a ensinar, por meio de instrutores do exército, os valores nacionais e o respeito aos seus heróis, além de serem feitos os treinamentos específicos, para formar soldados reservistas de segunda categoria.

⁷ TIRO de Guerra. Disponível em: <<http://tirodeguerra.dsm.eb.mil.br/>>. Acesso em: 07 set. 2017.

Celso Henrique Acker (1996), um dos primeiros a trabalhar com este tema no período em estudo, diz que a ideia de criar os Tiros de Guerra remete ao momento em que o exército do Brasil estava enfraquecido e sem dinheiro para investir, além de temer pela segurança nacional. Dessa forma, a confederação do Tiro brasileiro, que inspirou a posterior criação dos Tiros de Guerra, ganhou incentivo do presidente da república, pelo decreto n 1.503, de 5 de setembro de 1906, que tinha por finalidade a promessa de:

Institui o subsídio de 10:000\$ a cada uma das sociedades que pertencerem a Confederação do Tiro Brasileiro [...] art. 3º: Creado o serviço militar obrigatório, os sócios civis da confederação que houverem prestado perante uma comissão nomeada pelo estado-maior do Exército exames relativos ao conhecimento e manejo das armas portáteis, a escola do soldado e á de secção ficarão obrigados apenas a metade do tempo de serviço no Exército activo (DECRETO 1.503, 5 set. 1906).

Nesse contexto, percebe-se a intenção de que estava sendo pensado seriamente uma forma de recrutamento, pois as discussões apontam para a imposição do serviço militar obrigatório, que aconteceria entre todos os cidadãos aptos a exercer essa função. Lembrando que a vontade de reformular a instituição, superando os equívocos do passado militar, já vinha acontecendo há mais tempo; e continuou firme após 1906, sendo efetivada em 1916, pelo decreto lei 1.860, como apontado no capítulo anterior.

Entretanto, essa proposta de atuação, para ser completa, deveria atingir todos, sem exceção; como não tinham quartéis em todos os lugares do Brasil, a opção mais viável foram os Tiros de Guerra. A forma mais democrática, por assim dizer, de pensar a atuação militar permitiu que um número maior de pessoas, principalmente do interior, participassem da vida militar nacional, por meio dos Tiros de Guerra e uma posterior generalização, nas primeiras três décadas do século XX.

Os Tiros de Guerra, com ideais agregadores e próximos às localidades mais distantes, principalmente ao conservar estruturas familiares, sociais e econômicas, em seus lugares de origem, tornou-se mais aceitável, e mesmo assim sofreu resistência das camadas mais afortunadas da sociedade, caso similar averiguado quanto ao Exército. Então, os jovens passaram a ser obrigados pela lei a prestar o Serviço Militar. Isto é, para em caso de mobilização estarem aptos, quer pelas Forças Armadas ou organizações do TG do interior, a fim de defender a pátria.

Ainda é pouca a produção sobre Tiros de Guerra na década de 30 e 40, principalmente levando-se em conta as transformações intensas pelas quais passava o Brasil. Todavia, sabe-se das maiores dificuldades de acessar o material sobre segurança nacional, que, muitas vezes, é restrito ao meio militar. Porém, os profissionais identificados com o tema já conseguiram resultados consistentes. Entre eles, Daniela Weber (2011, p. 8) mostra que:

Os Tiros de Guerra eram sociedades que treinavam para os exames que eram realizados periodicamente por comissões examinadoras do exército [...] Após os exames, os reservistas aprovados recebiam a carteira de reservista, que os classificava como combatentes de segunda categoria, e com isso não precisavam prestar o serviço nos quartéis.

Nos anos de 1930 a 1945, o convênio entre a prefeitura e o Exército era organizado; em que a prefeitura disponibilizava o espaço, onde aconteciam as atividades (prédios, terrenos vazios), e auxiliava no custo do material necessário para execução do projeto, como alimentação, material de higiene e demais suportes. O Exército oferecia o aporte profissional de instrução, formado por sargento e oficiais, que se deslocavam dos quartéis a serviço das Forças Armadas brasileiras para essas localidades, onde ministram instruções teóricas e práticas. Além disso, os jovens do Tiro de Guerra contribuíam com as roupas e os demais equipamentos de uso, na sua área de atuação. Ordem unida, civismo e disciplina de grupo faziam parte do trabalho, mas também o manuseio de material bélico, pois o tiro com armas de fogo, de uso exclusivo do exército é a parte principal da atividade (WEBER, 2011).

Em 1939, já havia um número considerável de Tiros de Guerra em todo Brasil, pela informação de José Murilo de Carvalho (2005, p.76), chegando a 262. Nesse contexto, o serviço militar atingia amplos espaços e congregava grande quantidade de jovens. Visualiza-se, também, que nesse momento os participantes recrutados de todas as esferas sociais eram treinados e devolvidos à sociedade, pelos Tiros de Guerra. Com isso, o exército penetrava indistintamente na vida das pessoas e tornava-se capaz de influenciar seu meio como um todo, mesmo nos lugares mais remotos. Tratava-se de atingir a população, tanto no que se refere à preparação militar, à disciplina dos corpos, quanto à disciplina das mentes. Voltando a Daniela Weber (2011, p. 8), que diz:

Os Tiros de Guerra eram preferidos nas regiões interioranas, pois propiciava aos jovens permanecer em suas localidades, afastados do perigo do encantamento pelas grandes cidades onde estavam localizados os quartéis. Assim, essas sociedades tornaram-se entidades prestigiadas em suas cidades.

O mecanismo de recrutamento, ademais, facultou ao candidato cumprir seu dever com a pátria no TG de seu município, evitando o incômodo de deslocar-se em grandes distâncias, ao mesmo tempo, afastado dos centros urbanos para preservar seus costumes interioranos. Esta sinalização alude a necessidade do governo Getúlio Vargas em agraciar largamente as intervenções nos projetos pedagógicos e o programa nacional de exercícios físicos nas escolas, nos moldes militares. Adaptado para que, desde cedo, as crianças brasileiras estejam preparadas mental e fisicamente, para em caso de necessidade juntar-se às Forças Armadas, já conhecendo um pouco de sua realidade.

Nesse cenário, aproveita-se para explorar didaticamente o culto à pátria, enaltecer os símbolos nacionais, principalmente a bandeira, e a figura paternal do presidente, este como única probabilidade de êxito para o futuro do Brasil. Mas, para fixar na consciência coletiva um novo sentido da política brasileira, torna-se necessário desconstruir, por meio de negativas, o regime antecessor e difundir, por intermédio de discursos e imagens, as provas das melhorias até então implantadas.

Como diz Maria Helena Capelato (2003, p. 123):

As imagens e os símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. O contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom.

Isso faz mais sentido no período do governo Vargas, que vai de 1930 a 1945, quando se observa que, segundo este, a postura anterior (1930) de privilégios a determinados grupos era a causa que fragmentava e enfraquecia os poderes instituídos. Unificar a população no ideário patriótico, por meio do Exército, dos Tiros de Guerra e nas escolas, que, no fundo, eram veículos de assimilação do ideário governista, ganha significado. A sociedade antes sorumbática, heterogênea, agora reflete sobre a identidade coletiva e, espelhando-se em seu líder, percebe-se como nação ou uma grande família, com interesses comuns a serem preservados.

Mas cabe ressaltar que o exército brasileiro, também, em 1930 em diante, aproveitou para criar a credibilidade e ganhar confiança junto à população. Embora do seio militar tenha surgido o Marechal Deodoro da Fonseca, o proclamador da República, em 15 de novembro de 1889, o passado truculento, autoritário e opressor não havia sido esquecido totalmente, além do mais, como resultado prático, pouca coisa havia mudado e o Brasil ainda estava vivendo uma crise econômica séria. Nessa caminhada, a política intervencionista de Vargas, ao aproximar-se do meio popular, pelos Tiros de Guerra, também contribuiu para disseminar nas pessoas a confiança no exército brasileiro.

4.3 Correio do Povo e os Tiros de Guerra

Até o momento, focou-se nas bibliografias pertinentes e explanou-se o tema em questão. De agora em diante, inovando na abordagem, utilizar-se-ão jornais como fonte de pesquisa, pois estes foram contemporâneos aos fatos acontecidos; sendo assim, pode-se complementar as ideias de outros meios de pesquisa.

Nesse sentido, volta-se a atenção às reportagens do jornal Correio do Povo, principalmente sobre os Tiros de Guerra. Claudio Pereira Elmir (1995) diz que, antes de qualquer coisa, precisa-se ter cuidado ao utilizar Jornal como fonte de pesquisa. O que está escrito nas reportagens, aparentemente, pode conter posicionamentos e um público-alvo previamente estabelecidos, motivados pelas circunstâncias políticas, sociais, econômicas, entre outras. Por isso, o jornal deve ser submetido a verificação minuciosa, aprofundada e, na medida do possível, ser comparado com bibliografias pertinentes para ser confiável. Uma coisa é vê-lo como leitura cotidiana, descompromissada, outra como documento de análise pelo historiador. “O jornal jamais pode ser visto como um dado, a partir do qual abstraímos os elementos de uma suposta realidade” (ELMIR, 1995, p.21).

Rafael Saraiva Lapuente (2015, p. 01) recomenda cuidado com os interesses envolvidos nos jornais: “[...] os jornais devem ser utilizados criticamente pelo historiador, para não correr o risco de se deixar levar pelo discurso da fonte, e conseqüentemente, realizar uma análise precipitada, acrítica e superficial”. Motivo pelo qual verifica-se na historiografia brasileira, até a década de 70, desconfiança com a fonte jornal. Porém, seu uso como objeto de pesquisa acadêmica vem aumentando cada vez mais, pois é melhor interpretada pela experiência adquirida e, com o tempo, ganha credibilidade.

Por tudo isso, é importante dizer que o jornal está sendo usado como uma forma de mostrar que os Tiros de Guerra existiram, com uma possibilidade de favorecer as aproximações entre políticos, militares e sociedade civil. No entanto, essas informações, primeiro, podem salientar pretensões da abrangência política da época. Como evidenciado, seguindo um padrão previamente conhecido e adaptado ao Brasil, Maria Helena Capelato (2003, p. 122) afirma que:

O governo procurou ampliar a base de apoio através da propaganda política, arma muito importante num regime que se volta para as massas. É preciso lembrar que o regime nazista transformou-a num dos pilares do poder [...] que serviu de modelo a vários governos em busca do apoio das massas como base de sustentação de suas políticas.

Getúlio Vargas utilizou corriqueiramente os meios de comunicação para informar as pessoas sobre seus projetos políticos nacionalistas. “Acima de tudo, desejava ser visto como idealizador de um novo e melhorado momento de prosperidade para o Brasil” (CAPELATO, 2003, p.122). Assim, a fonte jornal torna-se, seja ele qual for, muito importante para pesquisas históricas, por apresentar vários assuntos ao mesmo tempo, que é o caso do nosso trabalho, no jornal Correio do Povo, quanto aos Tiros de Guerra.

Pelo visto, o conteúdo jornalístico pode informar sobre uma pessoa em particular, dependendo da circunstância, ou caracterizar uma época em todos os aspectos possíveis. Sendo assim, a atenção deve ser redobrada, pois a pretensão a seguir é informar melhor o leitor sobre os Tiros de Guerra. Assim, serão descritos, amplamente, além do conteúdo, os aspectos físicos das reportagens do jornal Correio do Povo, detalhando as datas para melhor compreensão do sucedido. Porém, atenta-se aos momentos de maior agitação pela qual passou esta instituição, evitando desvios desnecessários. Para encaminhar essa atividade, considera-se necessário apresentar, mesmo que suscintamente, o Jornal pesquisado.

O jornal Correio do Povo, fundado em 1895, por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Por sua localização temporal, acabou retratando memoráveis acontecimentos da trajetória histórica mundial. Por outro lado, era um jornal da capital dos gaúchos, que circulava em grande parte do estado, noticiando sobre o Brasil como um todo. No período estudado, devido aos acontecimentos, acabou levando para o interior notícias que eram destaque no

meio urbano, e no caminho inverso trazendo as histórias interioranas para os meios mais populosos.

Entretanto, não se pode negligenciar, que forçado pelas circunstâncias do Estado Novo, mostrando inauguração de obras públicas, festas cívicas, encontros de autoridades, discursos oficiais, entre outros, prestou-se a veículo de divulgação política, como lembra Andréa Sanhudo Torres (1999). Mas, tratando-se dos Tiros de Guerra, permite entender o funcionamento dessa instituição com seus devidos envolvimento políticos, militares e civis, bem como o esperado dessa aproximação para o Brasil, como pode ser visto a seguir.

4.4 Tiros de Guerra de Porto Alegre

Apesar dos Tiros de Guerra serem voltados às populações de regiões mais distantes, a capital do estado também contava com postos. Celso Acker (1996) cita apenas os Tiros de Guerra nº 4 e 318 como pertencentes a Porto Alegre, acrescentando como os demais do estado até 1945, estavam extintos. Assim, encontra-se no Jornal Correio do Povo algumas informações sobre estes.

Em 1940, no dia 18 de janeiro, na página 7, com o título *Manobras de Tiros de Guerra*, em letras grandes, reserva o jornal Correio do Povo, no meio da página, uma pequena faixa vertical, para descrever os acontecimentos referentes ao Tiro de Guerra 318 de Porto Alegre. Nos escritos consta que:

Desde segunda-feira encontra-se acampado nas proximidades do Belém Velho o Tiro de Guerra 318, que para ali levou seus candidatos a reservista, afim de passar alguns dias realizando manobras militares [...] Até o próximo domingo, os candidatos a reservista do Tiro 318 estarão de regresso a Porto Alegre (MANOBRAS..., 1940, p. 7)⁸.

Assim sendo, continua descrevendo a evolução dos trabalhos, destacando que as intempéries da natureza não impediam os exercícios de jovens atiradores com condições de saúde tão perfeitas. Em seguida, o destaque era para o equipamento completo a ser utilizado (apesar de não especificar), inclusive com uma seção de pombo-correio, pelo qual a imprensa de Porto Alegre ficou sabendo sobre os votos de

⁸ Por se tratar de uma citação retirada do jornal Correio do Povo e não constar autoria, coloca-se a primeira palavra do título da reportagem, conforme o Manual para Elaboração e Formatação de Trabalhos Acadêmicos da FACCAT (2017).

feliz ano novo e prosperidade para 1940, do Ten. Saldanha. Por fim, enfatizava o término das atividades no domingo seguinte, após o qual todo o efetivo regressaria para seu lugar de origem. E prosseguia avisando que na próxima segunda-feira partiria para o mesmo local, a primeira turma de sócios do Tiro 4, também com candidatos à reservistas. Todos seguiram devidamente equipados e com um excelente serviço de saúde e de comunicações (MANOBRAS..., 1940, p. 7).

As atividades, como percebido, tiveram duração de uma semana, em lugar ermo, afastado da sede, a qual a turma pertencia. A comodidade da localização fixa poderia ser interrompida, e novos ambientes explorados, para uma melhor instrução e preparação, voltada às necessidades complementares da formação dos candidatos. Os treinamentos, manobras, em campo aberto, do TG, seguem moldes militares, isso denota profissionalismo, responsabilidade e compromisso com a instituição do exército.

A impressão que o jornal Correio do Povo passa é que nada pode impedir a ação de um jovem brasileiro, nem mesmo fenômenos naturais, quando ele se coloca à disposição da nação: todo sacrifício é válido, pois, acima de tudo, aparece a honra de servir ao seu país, comprovando o espírito de nacionalismo. Por sua vez, o Exército disponibilizava acesso aos equipamentos e cuidava para que apenas os alunos saudáveis entrassem nas fileiras dos Tiros de Guerra, afinal o material tinha custo elevado para ser desperdiçado. Mas, também, existia o compartilhamento da área de treinamento entre grupos diferentes, em momentos alternados para cortar gastos. Não adiantava persistir com investimentos em terras para as mobilizações militares, onde é periódica sua ocupação. Havia vinculação direta nos preparativos, com a segurança e soberania da nação, porém as limitações financeiras impediam maiores atitudes.

No dia 23 de janeiro de 1941, foi postado, na página seis do jornal Correio do Povo, informações sobre o TG número 4 de Porto Alegre, dizendo que os reservistas da última turma que ainda não haviam assinado seus certificados deveriam comparecer no dia 28, na sede da sociedade. E continua avisando para a nova turma que a data limite para as inscrições era dia 31. Nessa mesma reportagem, aproveitou-se a ocasião para ressaltar a lei do serviço militar, pois quem tivesse 18 anos ou mais e não for reservista não poderia ocupar cargo público ou particular. No final, apresenta um dado muito interessante: “na turma para o ano corrente já se acham inscritos cerca de quatrocentos candidatos. Para efeito de matrícula, é indispensável a apresentação de cartão de identidade” (TIRO..., 1941, p. 6).

A localização da reportagem fica entre outros avisos de utilidade pública, aparentemente caracteriza um trabalho social. A junção entre a comunidade e o TG não acabou com o término do período obrigatório; mas continuou na hora do regresso para assinar o certificado, em que velhos amigos se reencontravam, estabeleciam contatos, formando uma agremiação. Percebe-se que o mundo civil e militar estavam se fundindo, para fortalecer laços de camaradagem, em nome do Brasil. Ao ratificar a obrigatoriedade e acrescentar o grande número de adesão desse ano, o jornal também passa à impressão, que existia convivência espontânea, apesar da lei.

A mensagem do dia 9 de janeiro de 1942, página 5, do jornal *Correio do Povo*, é para informar sobre a posse da nova diretoria do TG, número 4:

Na sede do Tiro de Guerra 4 será empossada, às 20:30 horas de hoje a diretoria eleita para o ano de 1942, que está assim constituída: presidente, Itaborahy Sarmento; vice-presidente, Gaston Hassiocher Mazon; tesoureiro, Djalma Burimaqui; secretário, Dr. Carlos Osorio Lopes. Conselho Fiscal: Dr. Jaci Tupi Caldas; Vlademar Argeline; Frederico dos Reis Bier. Suplentes: Afonso Contieri; João Rescke Neto e Leo Wolff (TIRO..., 1942, p. 5).

A nova diretoria contava com presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário, conselho fiscal e seus respectivos suplentes. Todos, aparentemente civis, pois, em momento algum, sugestionava-se hierarquia militar junto aos nomes citados. O formalismo da apresentação provavelmente é para que todos saibam da maneira séria e organizada que se trabalhava. Observa-se, nessa informação, as semelhanças com clubes sociais, diretorias de igrejas atuais, que ainda seguem essa disposição dos cargos. Mas, as coincidências acabam aí, pois logo depois é possível ver, na sequência da reportagem, a ligação entre o mundo civil e militar, novamente exaltado: "continuam afluindo a sede social, grande número de candidatos a reservista, que deverão constituir a nova turma do TG 4" (TIRO..., 1942, p. 5). Agora, com destaque para possibilidade de ampliar a faixa etária, que poderia partir dos 16 anos para os brasileiros natos, ou entre 20 e 35 anos de idade, desde que já reservista de terceira categoria.

As regras aproximavam mais a comunidade e o militarismo; os clubes faziam essa ligação, pois não existia espaço para divisões entre as esferas sociais, já que o perigo da guerra aumentou; devemos lembrar que, nesse período, diversos países da América já haviam declarado guerra aos países do Eixo e estavam se encaminhando

à Conferência do Rio, evento que o Brasil cortaria relações diplomáticas com os países do Eixo.

Na matéria vinculada no 25 de janeiro de 1942, página 8, sobre o Tiro de Guerra 318, consta que apesar de ser um serviço militar obrigatório para todos os homens com idade apropriada, inclusive de cidades interioranas, algumas restrições não deixam de ser notadas. O jornal *Correio do Povo* divulgou a data final para cumprirem-se os prazos estipulados, a fim de serem efetivadas as matrículas dos candidatos à reservista de segunda categoria. Isto é, 31 de janeiro chama a atenção para os exames médicos que deveriam ser feitos, os quais permitiriam à inserção ou excluiriam, definitivamente, o candidato.

Nessa reportagem também consegue-se perceber que apenas aqueles com condições de saúde perfeitas eram aproveitados para o serviço militar, divergindo, de certa maneira, do discurso oficial, que previa igualdade de participação. Algo que permanece até os dias atuais, na forma de seleções periódicas (anualmente), dos aptos para inserção nas Forças Armadas do Brasil, porém, com chamamento mais enfático.

Dia 2 de Agosto de 1942, página 5, em espaço ampliado (terça parte da página), no jornal *Correio do Povo*, observamos a reportagem com o título *Tiro de Guerra n. 4.*, e subintitulada *Inauguração da Sala General Daltro Filho*. Nela, constatou-se que falava de festividades, pois registrava que: “na noite de ante-onTEM, com a presença do General Valentim Benicio da Silva, comandante da 3ª região militar, realizou-se a inauguração das novas instalações da sala de instrução teórica do tiro 4, a qual foi dado o nome de General Daltro Filho” (TIRO..., 1942, p. 5). Pode-se perceber que a homenagem ressaltava a memória do saudoso militar. Na sequência, o destaque é para o General Benício, que retirou a bandeira que encobria o retrato e a placa comemorativa, só assim oficializando o evento. Sr. Itaborahy Sarmiento, presidente do clube, que fez o primeiro discurso e foi sucedido pelo capitão Enapino de Andrade, inspetor dos tiros do estado. Percebe-se que civis e militares dispuseram de oportunidade para falar. Com isso, uma aparente igualdade se visualiza, na reportagem, e que deve ser mencionada.

As apresentações e os formalismos continuam por um longo tempo, após segue-se uma conversa cordial entre os militares, diretoria e sócios do clube, tudo, como detecta-se, devidamente registrado pelo jornal, para mostrar o clima de integração que impera. Ao final da reportagem, aparece que, ao retirar-se, o General

Valentim Benício recebeu as continências que lhe foram prestadas pelo batalhão do tiro, sob o comando de seu instrutor 2º Tenente Waldemiro da Silva Torres e puxado pela banda de Música do 7º batalhão de caçadores, que estava formando a frente da sociedade para agraciá-lo na saída (TIRO..., 1942, p. 5). Assim, principalmente nessa solenidade, reservada apenas para autoridades, é onde percebe-se que as igualdades desapareceram e prevaleceu a força representativa dos militares.

A nova sala de instrução recebe o nome do General Daltro Filho (1882-1938); importante e conhecido militar brasileiro, interventor federal em São Paulo e no Rio Grande do Sul, em curtos períodos. As comemorações seguem com a apresentação do retrato e da placa alusiva e concluem-se com os discursos saudosistas, tanto de militares como da diretoria do Tiro 4. Supõe-se que ao lembrarem, por meio das memórias, as façanhas do passado, tais como os serviços bem realizados na manutenção da ordem pública, pelo homenageado, ambos discursistas esperam manter no presente, por intermédio da instrução dentro do Tiro de Guerra, o mesmo padrão de conduta exemplar, como sinal de respeito e reconhecimento aos trabalhos até então realizados.

Os simbolismos expressam fatos, crenças de um povo. São códigos possíveis de decifrar apenas com o olhar, que traduzem a formação de um raciocínio e servem para fixar uma ideia. Portanto, como percebe-se as imagens (retrato e placa comemorativa) e discursos averiguados anteriormente, podem significar um desejo de integração para o Brasil, mas, também, podem ser indícios de manipulação e controle da memória coletiva. Na ação discursiva, encontram-se valores fixos repetindo-se, tanto que é possível ser detectado um padrão, na maioria das reportagens, sobre os TG, sinal de busca constante por um resultado predeterminado.

Em 26 de janeiro de 1943, página 2, momento que o país estava oficialmente em guerra, aparece a seguinte reportagem: “jovem cumpre teu dever com a tua pátria, faz-te reservista - matricule-se na escola de soldado do Tiro de Guerra 318 - expediente diariamente das 9 às 23 horas - Praça Parobé nº 112, defronte ao abrigo dos bondes N e J - a matrícula encerra-se a 31 do corrente” (TIRO..., 1943, p. 2). O aviso com endereço detalhado, acompanhado das informações sobre os horários e datas a serem cumpridas, ao mesmo tempo que se enaltece a positividade do dever, aparenta que a convocação deixa de ser uma escolha e torna-se obrigação moral para o jovem, pois o país havia declarado guerra, em agosto de 1942, à Alemanha e à

Itália. Vale lembrar que a opinião pública foi favorável a essa postura, que agora tinha o dever de contribuir ainda mais com a pátria, aderindo ao chamamento.

Já a matéria de 7 de Janeiro de 1943, da página 8, escrita apenas para informar sobre o alistamento militar, diz que aqueles cidadãos que tivessem completado a idade indicada poderiam optar pelos Tiros de Guerra, mais próximos de suas moradias. “Os que não houverem completado 18 anos poderão conforme disposto na lei se inscreverem nos Tiros de Guerra” (TODO..., 1943, p. 8). Porém, os que não se alistassem espontaneamente seriam alistados à revelia, considerados infratores do alistamento e sujeitos às penalidades da lei.

Essa mobilização forçava o desejo de construir, dentro dos ideais nacionalistas e patrióticos, uma população unificada por um bem maior: a soberania da nação, como apresentado anteriormente. Principalmente, ao levar as vontades militares para o meio social, devolvendo o jovem instruído em um curto espaço de tempo, na arte da defesa territorial, para seu convívio familiar, onde serviria de protagonista, junto aos seus, em favor das Forças Armadas e do governo.

Desse momento em diante (1943), o Correio do Povo, com atenção especial, garantiu amplos espaços nas primeiras páginas de suas colunas, para enaltecer os feitos e as mobilizações dos pracinhas. Também, os movimentos da guerra nos conflitos mundiais tornaram-se mais detalhados, inclusive com o uso de mapas ilustrados. De maneira menos expressiva, com reportagens menores, mas com elogiosa eloquência, o jornal continuava colocando em suas páginas intermediárias as informações sobre os Tiros de Guerra. Em 9 de janeiro de 1945, numa reportagem, em seu primeiro parágrafo alude-se que:

Como vem sendo amplamente divulgado pelas colunas da imprensa está sendo convocado para as fileiras do exército elevado número de reservistas de segunda categoria, que ainda a pouco, terminaram o período de instrução nos Tiros de Guerra desta capital, sendo confortadora, como conseguimos apurar a maneira como vêm registrando as apresentações dos jovens chamados a prestarem serviço ao Brasil. (NÃO..., 1945, p. 10)

Nesse ano, os pracinhas já estavam na Itália lutando ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Muitas matérias afirmavam o possível fim da guerra, mas ela também poderia durar mais tempo do que o esperado. Essa dúvida forçou uma maior mobilização de todos os segmentos militares brasileiros. É fato que em 1945 a

preocupação em manter um grupo afastado dos quartéis, prontos para agir, comprova o desejo de se ter à disposição um plano secundário, em caso de emergência maior.

Na mesma matéria afirma-se que o serviço militar, começado como instrução dentro dos Tiros de Guerra, também poderia ser concluída nesse ano (1945), com a possibilidade de formar-se cabo ou sargento dentro do exército, com o tempo estipulado de um ano. Findo o tempo, todos os jovens seriam excluídos do exército e voltariam às suas atividades civis normais. Agora, além de soldados rasos, formava-se uma fonte de reserva mais especializada. Com tal atitude, o estado dispunha de líderes frente aos recrutas, se estes fossem enviados para o campo de batalha na Europa. Por outro lado, não tinha o ônus de manter por um longo tempo em suas fileiras soldados assalariados, no caso do término dos conflitos mundiais, pois grande volume pecuniário era gasto com militares de carreira, por uma vida toda.

A inscrição dos candidatos para o Tiro de Guerra, como visto, repete-se sucessivamente no mês de janeiro entre 1939 e 1945. O local de apresentação poderia ser alterado para uma sala diferente, mas não passava disso. As mensagens de chamamento, postas no jornal, seguiam o mesmo padrão textual, como pode ser constatada perante mera observação nas reportagens. Entretanto, em caso de algum evento especial, era acrescentado em espaço diferente, informações subsequentes.

Como também se confirma em outras duas pequenas notas: na primeira a reportagem do dia 10 de janeiro de 1943, aparece que alunos dos Tiros de guerra 4 e 318, promovidos a cabo, frequentaram, com aproveitamento, um curso especial.

A segunda, já em janeiro de 1944, informava que: “50 jovens a fim de tratarem de assuntos que lhes diz respeito, devem comparecer na sede do TG 318, das 19 às 23 horas, momento que traz a lista com nomes completos”. Assim, averigua-se que após 1942, cada vez mais, surgiram notícias, propagandas e convocações dos TG. Desse modo, fazia-se questão que a sociedade, como um todo, soubesse do perigo iminente que o Brasil passava, para estar alerta, instruída, em caso de chamamento, para participar efetivamente da guerra mundial que se aproximava do país.

4.5 Tiros de Guerra do interior

Os tiros de Guerra do interior deveriam posicionar-se na retaguarda, para dar apoio e reforçar a integração nacional (a título de exemplo podemos citar reportagem do Tiro de Guerra 311 de Garibaldi e do 244 de Sapiranga). Apesar de detectarmos

nas pesquisas apenas uma informação sobre Garibaldi e outra sobre Sapiranga, no jornal *Correio do Povo*. Afinal, o mundo estava em guerra, e o Brasil passava por um momento conturbado de sua história, precisando da colaboração de todos. Porém, as pessoas continuavam precisando comer, vestir, entre outras coisas básicas de uma vida normal, rotineira.

Dentro dessa realidade, ter alguém que poderia ser militar em defesa da soberania nacional e, em momentos alternados, em outros lugares, para prover os bens necessários à sobrevivência humana, tornou-se extremamente importante e necessário às áreas interioranas. Os soldados dos Tiros de Guerra do interior do Rio Grande do Sul combinavam essas duas características, que somava-se ao fato de entre eles estarem os filhos de imigrantes alemães. Acker (1996) traz uma lista com mais de cem Tiros de Guerra do interior do estado gaúcho, entre 1939 e 1945, sinal que a preocupação em manter toda população integrada estava presente.

Nesse processo, o homem comum, trabalhador braçal interiorano, principalmente aquele da agricultura e pecuária sulina, que representava a maior parte da população economicamente ativa, ganhou olhar especial do governo. Esse cidadão desvalorizado pela história brasileira, nesse momento, percebeu-se identificado e ligado ao seu líder (Getúlio Vargas), por afinidade regional e identificação campestre. O sul do país tinha no comando máximo da política brasileira seu representante. Assim, a união nacional pretendida foi facilitada por essa liderança, que queria eliminar discórdias regionais e criar um Brasil forte e centralizado, sob seu comando.

Por outro lado, com uma simples observação nas reportagens do jornal *Correio do Povo* de 1930 a 1945, constata-se que algumas localidades do interior do Rio Grande do Sul receberam atenção diferenciada por parte dos jornalistas, com coberturas dos eventos e postagens que passariam despercebidos, sem a devida atenção por parte destes, principalmente ao noticiar os ajuntamentos comunitários. As pessoas percebiam-se no jornal e sentiam-se importantes para a nação. Os Tiros de Guerra estavam promovendo as sociabilidades com o incentivo às festividades, isso não podia passar incólume ao trabalho jornalístico informativo e propagandista.

Dessa forma, a instalação de unidades de TG alcançava áreas distantes da capital e aproximava o governo e os militares do povo, ao mesmo tempo promovia a integração entre as pessoas da localidade, como foi possível visualizar nas imagens. No jornal *Correio do Povo*, em 24/01/1941, consta que a turma formada em Garibaldi (Tiro de Guerra 311), como de costume, fez o juramento da bandeira. Em seguida, ao

meio dia, ocorreram festividades, com churrasco para comunidade local, em um clube da cidade. Juntos, o Brasão da República, Hino Nacional, Selo Nacional e a Bandeira Nacional formam os quatro símbolos oficiais da República do Brasil; representam o sentimento de união nacional e mostram a soberania do país. Sempre houve a presença de pelo menos um desses símbolos em eventos oficiais, como comprovado nesse dia específico. Tradição conservada e até hoje mantendo seu sentido original, nas campanhas patrióticas.

Já em Sapiranga (Tiro de Guerra 244) consta, em 24/01/1941, que foi feita inspeções para comprovar a eficácia dos treinamentos, em que verificou-se o ótimo aproveitamento das instruções. Não bastava existir, tinha que comprovar consistência digna da força, a qual carregavam o nome: Exército Brasileiro.

Como pode-se perceber, em Garibaldi a comunidade era chamada para participar das festividades em um ato de integração social. No que se refere a Sapiranga, demonstra a seriedade da proposta dos Tiros de Guerra, que não era uma mera articulação de aparências, mas um projeto político-militar consistente. Ambas as reportagens, por conseguinte, são propostas que abrangem ideias inovadoras, ao atingir todos os segmentos sociais. Algo que, por muito tempo, não foi percebido em um país desigual e excludente.

Dessa forma, nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial (1939-1942), encontram-se, no Jornal Correio do Povo, apenas reportagens esporádicas, porém enfáticas sobre a importância dos Tiros de Guerra, normalmente nas páginas intermediárias. Ato que acontecia, principalmente no mês de janeiro, pois o chamamento anual para o alistamento era nesse período do ano. Mas passado esse tempo e com a adesão brasileira ao conflito mundial (1942) as coisas mudam.

Em seguida, percebem-se maiores espaços ocupados, com matérias elogiosas sobre o tema, agora, no início do jornal, antecidas por inúmeras e generosas citações sobre as diversas formas de mobilização do exército nacional. Assim, também, constata-se, na notória troca de atitude, dependendo das circunstâncias, o poder público agindo em relação à forma de apresentação do conteúdo jornalístico, para consolidar a política nacionalista. Pois os enunciados seguem uma linha direta, do emissor ao receptor, sem permitir que negatividades possam se avultar.

4.6 Sintetizando

Os Tiros de Guerra ao alcançar, além da capital do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – outros lugares afastados do estado, possibilitaram a participação de todos os aptos (física e mentalmente) a cumprirem o seu dever com o país. Nesse momento, durante o Estado Novo (1930 a 1945) e a Segunda Guerra Mundial (1940 a 1945), Getúlio Vargas queria o militarismo aplicado e empenhado, em todos os lugares, onde se tornaria a referência para propagação da política de seu governo no meio popular.

Em eventos cívicos, Vargas repetia com frequência que a população servia-se da pátria, portanto tinha o dever de estar preparada para defendê-la; qualquer coisa que, porventura, pudesse ameaçar a sua soberania, inevitavelmente prejudicaria a todos sem exceção. Com essa visão disseminada, por intermédio dos meios de comunicação, as pessoas obrigavam-se, como cidadãos naturais ou naturalizados, a consentirem com as regras impostas. Não restava escapatória, os Tiros de Guerra, entre outros motivos funcionais apresentados, nessa altura, ganham conotações mais agregadoras. O país era a grande família que precisava ser unida e preservada.

A postura do governo brasileiro começou a ser mais direta após acordos firmados, depois de 1942, para o apoio aos Estados Unidos, na Segunda Guerra Mundial. Segundo Fernando Morais (2000, p. 22), “em retribuição ao gesto, os Estados Unidos se responsabilizaram pela modernização econômica e militar do Brasil”, confirmando as ideias dos demais autores citados. Nesse cenário, movidos pela indignação e entusiasmo coletivo, mais brasileiros aderiram ao recrutamento para as fileiras das forças armadas nacionais, inclusive para os TG.

Na interação com a sociedade, nota-se certa mobilidade interna. Por outro viés, um prazo preestabelecido para conclusão das atividades, dentro Tiros de Guerra, comprovando que essa força não tinha a mesma importância representativa, em caso de ameaça à soberania nacional.

O espaço preenchido era secundário, mais um trabalho militar que pretendia, principalmente, regularizar os documentos dos candidatos, liberando-os para futuras atividades profissionais, porém, se necessário fosse, ele seria aproveitado para defesa nacional. O trabalho do jornal Correio do Povo foi de manter a população informada sobre a possibilidade de cumprir o dever com a pátria, assim também se tornou interlocutor político, quando insistentemente e de forma enfática divulgava

reportagens sempre com cunho enaltecedor do governo e das Forças Armadas do Brasil.

CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho foi analisar os Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul (1930-1945), com os devidos envolvimento, políticos, militares e sociedade civil, mostrando o esperado pelas partes apresentadas dessa aproximação.

Ao começar pelos problemas enfrentados nesta pesquisa, percebe-se que as questões políticas são abrangentes e delicadas de serem abordadas, ao considerar que podem existir algumas indicações, ao pesquisador, da possibilidade desse fato vincular-se a outras intenções, que não a do discurso. Pensando nos militares, acrescenta-se a dificuldade de acessar documentos restrito a esse meio, apesar de que existe maneiras de fazê-lo. Em se tratando dos Tiros de Guerra, o principal obstáculo da investigação são as poucas pesquisas nesta área.

Portanto, pode-se destacar que o período de 1930-1945 parte do golpe político/militar de 1930, que rompeu o ciclo anterior de sucessivas repetições eleitorais no Brasil. Como visto, desde o início, as esferas políticas e militares uniram forças para governar o país. Marcadas, inicialmente, pela revogação da constituição de 1891, por Getúlio Vargas, e a centralização do poder, por meio dos interventores (militares e civis), nomeados para governar os estados, em nome e sob sua vigilância.

Esse aspecto mostra que estar em todos os lugares, inclusive nos Tiros de Guerra, agir em várias frentes, tornava-se questão primordial para amplitude do controle político/social almejado por Vargas. Nesse sentido, as propostas nacionalistas desencadeadas por Getúlio, apoiadas por parte dos militares, deram suporte às atitudes tomadas. Algumas vezes, indo contra a promessa de democracia e igualdade participativa para as gestões políticas estaduais, causando divergências entre as unidades federativas e o poder federal. Como no caso da Revolução Constitucionalista de 1932, protagonizada por São Paulo, contra o governo nacional.

O espaço de tempo, pós 1930, sob liderança de Getúlio Vargas, também foi marcada por duas Constituições, 1934 e 1937; a segunda diferente da primeira, outorgando mais poderes ao presidente e permitindo sua continuação no cargo. Ao ser ameaçado, como no caso da ação comunista (1935), as medidas adotadas por Vargas foram, cada vez mais, opressoras e controladoras nas ações dos adversários políticos.

Por mais que Getúlio Vargas fosse um civil, impunha com mão de ferro sua vontade em todas as esferas sociais, algo que aos poucos lhe identifica como ditador.

Inclusive, este acabou controlando a opinião pública, por intermédio dos meios de comunicação. Durante o Estado Novo (1937-1945), a eficiente censura de Vargas silenciou as vozes dissidentes. A atitude terminou impedindo, principalmente, que atividades negativas fossem atribuídas ao seu nome. Nesse cenário, os Tiros de Guerra, além de um local de treinamento para formação de reservistas de segunda categoria, similar aos de primeira, em curto espaço de tempo, devolvia esse militar às atividades cotidianas, tornando-se propagador das ideologias político/militar nacionalista, no contato com o meio familiar e social.

No ambiente antes apresentado, paralelamente, acontecia a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com adesão do Brasil, a partir de 1942, ao lado dos aliados, como apresentado no segundo capítulo. Com isso, também ocorre a contestação das ditaduras pelo mundo. No caso do Brasil, abriu-se os olhos da população para lutar por mais democracia, e a continuação de Getúlio Vargas no poder tornava-se insustentável, o qual é deposto pelos militares em 1945. Assim, avalia-se que sem a conivência dos militares, Getúlio Vargas dificilmente teria força para governar ou colocar seus planos nacionalistas centralizadores em prática, como também não teria sido retirado do poder em 1945. O Rio Grande do Sul mandou um número consistente de militares para lutar na guerra, parte deles voluntários vindos de regiões interioranas do estado; fato permite questionar quantos desses não tinham vínculos anteriores com os Tiros de Guerra, já que em muitas cidades afastadas da capital não havia quartéis? Aqui, abre-se uma nova possibilidade de pesquisa.

Por outro lado, os militares representados pelo Exército Brasileiro, desde o início da república, estavam ao lado dos políticos esperando reconhecimento e recursos financeiros, para seu quadro operacional e funcional. O que incluía melhor treinamento para tropa, propiciando mais segurança nacional.

Superar essa barreira, por meio do recrutamento mais igualitário, significava aproximar as diferentes classes sociais e assim melhorar a credibilidade das Forças Armadas. Algo que, após tentativas de 1874, 1908 e 1916, sem muito sucesso, com alistamento militar, por intermédio do sorteio para todo cidadão brasileiro, inclusive para os Tiros de Guerra, assegurado pela Constituição de 1934, proporcionou uma certa melhora da participação no Exército.

Com isso, é possível perceber que, semelhante aos políticos, os militares almejavam credibilidade perante à sociedade civil. Estar em mais lugares significava um número maior de pessoas instruídas no amor à pátria e na confiança nas Forças

Armadas. Dessa constatação, verifica-se que os Tiros de Guerra eram utilizados para esse fim, pois permitiam ao ideário militar nacionalista atingir localidades interioranas antes desassistidas por estes. Mas as altas patentes do Exército também tinham reconhecidas ambições políticas.

Dessa forma, pode-se dizer que não era um mero acaso o fato de estar em localidades afastadas do Estado do Rio Grande do Sul, por meio dos Tiros de Guerra, fortaleceu a ação tanto da política quanto militares e oportunizou a manutenção da ordem, entre 1930 e 1945. O atenuante para o estado sulino é a presença de cidadãos de descendência alemã, que poderiam incitar algum tipo de revolta, por identificarem-se com seu país de origem, inimigo do Brasil no conflito mundial (1942-1945).

Como visto pelas pesquisas, enquanto as opiniões estavam controladas pela presença e treinamentos militares nos Tiros de Guerra, focada em exaltar o amor à pátria e o respeito aos seus líderes, os ânimos foram controlados. Dessa maneira, a influência exercida sobre o social, de certa forma, permitiu os continuísmos político/militar. Os Tiros de Guerra, por estarem além das capitais, também no interior, ganharam atenção por propiciar mecanismos de expansão dos ideais nacionalista. Porém, as ambições pelo poder causaram discórdia político/militar e o fim do primeiro período de Getúlio Vargas na presidência do Brasil.

Por sua vez, os Tiros de Guerra do Rio Grande do Sul (1930-1945), além do já apresentado, caracteriza-se por ser uma instituição ligada ao Exército Brasileiro e funcionar em parceria com prefeituras, permitindo a prestação do serviço militar de segunda categoria. Essa forma integrada de funcionamento possibilitou e ainda possibilita mais interações entre os envolvidos, político, militares e sociedade civil, pois as atividades dos Tiros de Guerra se estendiam ao meio circundante. Assim, fica caracterizado que o governo, pelas instruções do Exército nos Tiros de Guerra, transferia para o social as ideias políticas nacionalistas e, ao mesmo tempo, de certa forma, controlava a opinião pública.

As informações repassadas pelo do jornal Correio do Povo orientavam os passos a seguir, para a população participar dos Tiros de Guerra. No caso da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Jornal Correio do Povo deixava as pessoas informadas da obrigação de cumprir seu dever com a pátria, com ares de impossibilidade de recusa sendo uma afronta ao país.

Todavia, nem tudo foram desentendimentos, nota-se que algumas medidas adotadas, entre 1930-1945, melhoraram a economia e, principalmente, permitiram o

crescimento industrial do Brasil. Sobretudo, os investimentos no setor de minérios de ferro possibilitaram produzir material bélico e equipar melhor o Exército. Outros projetos, como as leis trabalhistas, aludem caráter inovador, pois vieram, de certa maneira, ajudar as camadas menos favorecidas da população, dando ao governo Vargas a denominação de populista. Assim, o social também é beneficiado, como visto pelos estudos, e a amplitude desse governo ganha notoriedade, independente das imposições autoritárias. Um caso à parte é o estado do Rio Grande do Sul, terra natal de Vargas, por esperar e não ter privilégios especiais assegurados por essa ligação de nascimento.

Desde a proclamação da República, em 1889, passando pelo golpe de 1930, indo além do nosso recorte temporal, 1964, com o golpe militar, chegando nos dias atuais, ainda é nos militares que algumas pessoas depositam confiança para resolver os problemas de abusos políticos. Isso mostra, sem sombra de dúvidas, que políticos, militares e sociedade civil fazem parte e relacionam-se nesse meio.

Todo um contexto leva a decisões, as quais mudam segundo o vivenciado. Mas, que não eliminam imediatamente vínculos anteriores e, eventualmente, surtem efeitos posteriores. Nessa perspectiva, os envolvimento são maiores, inclusive os espaciais. Como verificou-se sobre os Tiros de Guerra, do Rio Grande do Sul, entre 1930 e 1945, que estavam além da capital, no interior.

Também, constatou-se o desejo tanto de políticos como de militares em propagar a ideologia nacionalista em todos os lugares, por meio da instituição dos atiradores. Sendo assim, todas as pessoas envolvidas nessas instituições sofreram a ação da política e dos militares, entre 1930-1945. Com isso, comprova-se, de imediato, que se torna praticamente impossível desvincular: Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul (1930-1945), da política, dos militares e sociedade civil. Essa última, alvo da propagação das ideologias dos primeiros, que juntos dominavam o cenário político do recorte temporal mencionado e, também, norteiam este trabalho. Afinal, o propósito maior ao concluir esta atividade é mostrar os objetivos desses envolvimento, dentro dos Tiros de Guerra.

Porém, ainda é relativamente recente as pesquisas sobre os Tiros de Guerra, e novidades podem surgir, possibilitando entender cada vez mais esta temática. Assim, poderão facilitar embasamentos diferenciados sobre a história do Brasil, como um todo. Espera-se, com este trabalho, ter contribuído, de alguma forma, para uma

melhor compreensão sobre os Tiros de Guerra do Rio Grande do Sul (1930-1945), com os devidos envolvimento políticos, militares e sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ACKER, Celso Henrique. *Serviço Militar e Nacionalidade: Os Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul - O Tiro de Guerra 337 de Ijuí (1917-1944)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

ALUNOS dos Tiros de Guerra 4 e 318 promovidos a cabo: Frequentaram, com aproveitamento, um curso especial. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 jan. 1943, p. [S.l.]

ANDRADE, Manoel Correia de. *A Revolução de 30: da República Velha ao Estado Novo*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

BENTO, Cláudio Moreira. *O idealizador e criador do Tiro de Guerra Brasileiro (70º aniversário de sua morte)*. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/tiroguerra.htm>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BRANDINI, Valéria. Fontes primárias e secundárias. Documentos oficiais e não-oficiais. Disponível em: <http://www2.anhembri.br/html/ead01/pesq_estudo_moda/aula2.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2017.

BRASIL. Decreto nº 1503, de 5 setembro de 1906. Institui o subsídio de 10:000\$ a cada uma das sociedades que pertencerem á Confederação de Tiro Brasileiro. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, p. 4709, 7 set. 1906. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1503-5-setembro-1906-582999-publicacaooriginal-105775-pl.html>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

_____. Constituição de 1934. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1943. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, p. 1, 16 jul. 1934. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gian Franco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, V.2, 13. ed. 2007.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida das Neves (Org). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p.107-144.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000.

CASTRO, Celso. *Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

ELMIR, Claudio Pereira. O uso das fontes: a bibliografia acadêmica, o jornal e o documento oficial na pesquisa histórica. *In*: LEAL, Elizabete; VIEIRA, Mirim S. ELMIR, Claudio P. RAMOS, Heloisa H. C. da Luz (Org). *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para pesquisa histórica*. 13. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 1995, p. 18-29.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1999. – (Didática 1).

FONSECA, Pedro Cezar Dutra, *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: brasiliense, 1989.

GARIBALDI: Tiro de Guerra 311. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 jan. 1941, p. 5.

GERALDO, Alcyr Lintz. *O furacão veio ao sul*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército ed., 2004.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

HENN, Leonardo Guedes; NUNES, Pâmela Pozzer Centeno. A educação escolar durante o Estado Novo. *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, v. 2, n. 6, p. 1040-1049, ago. 2013. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/254/207>>. Acesso em: 12 de nov. 2017.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*. *In*: 10º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA., 10., 2015, Porto Alegre. *ANAIS ELETRÔNICOS DO 10º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-come-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/at_download/file>. Acesso em: 30 out. 2017.

LUVAAS, Jay. A História Militar - O Ponto de Vista de um Historiador Clássico. *In*: WEIGLEY Russel F (Org.). *Novas Dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Brasileiro Editora, 1981, p. 37 - 55.

MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2010.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. A Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. *In*: Jorge Ferreira; Lucilia de Almeida Neves Delgado. (Org.). *O Brasil Republicano - O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 39-61.

MANOBRAS de Tiros de Guerra. *Correio do Povo*, Porto Alegre. 18 jan. 1940.

MARZANI, Andressa. *Literatura e política: são Bernardo e as discussões da década de 1930 no Brasil*. 65 p. Monografia (Graduação) – Curso de História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.historia.ufpr.br/monografias/2010/2_sem_2010/andressa_marzani.pdf>. Acessado em: 06 de jun. 2017, 8:30.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Sociedade: a Consolidação da República Oligárquica. In: LINHARES Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MICELI, Sergio. Carne e osso da elite política brasileira pós- 1930. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano - sociedade e política (1930- 1964)*. 6. ed. Vol. 3, Tomo 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 557 - 596.

MORAIS, Fernando. *Corações sujos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Os múltiplos olhares sobre a história militar. *História Unisinos*, São Leopoldo, vol. 16, n. 3, p. 271 – 282, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.163.01/1248>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

NÃO ultrapassará de um ano o tempo de serviço dos jovens ora chamados para o exército. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 9 jan. 1945, p.10.

NUNES, José Luiz Martins. *Juventude Brasileira: O Lado Fascista do Estado Novo*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2004.

OLIVEIRA, Juliana de Oliveira Gieremek. *O desenvolvimento econômico no período de 1930 a 1945: contribuições e deficiências do Governo Vargas*. 53 p. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103834/Monografia%20da%20Juliana%20de%20Oliveira%20Gieremek.pdf?sequence=1>>. Acesso em 11 nov. 2017.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia A. N. *O Brasil Republicano*. V. 2, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003, p. 13-38.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PETRY, Andréa Helena. “*É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, o Brasil do brasileiro*”: campanha de nacionalização efetiva no Estado Novo. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de pós-graduação em História. Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

RÉMOND René (Dir.). *Por uma história política I*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Militares, Poder e Sociedade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

SAPYRANGA: Tiro de Guerra. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 jan. 1941, p. 4.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: O processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

SKIDIMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES Luiz Carlos; VAINFAS Ronaldo. Nova história militar. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2012, p. 113 - 132.

TIRO de Guerra. Disponível em: <<http://tirodeguerra.dsm.eb.mil.br/>>. Acesso em: 07 set. 2017.

TIRO de Guerra n.4: a nova diretoria. *Correio do Povo*, Porto Alegre. 9 jan. 1942, p.5

TIRO de Guerra n. 4: Inauguração da sala “General Daltro Filho”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 2 ago. 1942, p.5.

TIRO de Guerra n. 4. *Correio do Povo*, Porto Alegre. 2 Ago. 1942, p. 6.

TIRO de Guerra 318. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25 jan. 1942, p. 8.

TIRO de Guerra 318. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 jan. 1943, p.2.

TODO brasileiro é obrigado a alistar-se ao completar 18 anos: um aviso da Primeira Circunscrição do Recrutamento. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 7 jan. 1943, p. 8

TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999 (Coleção História, 29).

TRINDADE Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro; Porto Alegre: Univ. Federal do Rio Grande do Sul, 1974.
VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WEBER, Daniela Maria- *A imagem dos Tiros de Guerra no jornal o Paladino (1921-1939)*. Monografia (Graduação) – Curso de História do Centro Universitário Univates, Lajeado, 2011.

WERLE, Bibiana. *A Campanha da Nacionalização em Estrela- RS: Impactos e Memórias*. 69 p. Monografia (Graduação) - Curso de Licenciatura em História da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/36945>> Acesso em: 12 nov. 2017.